



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**O CONSUMO DO “VERDE” URBANO: UM ESTUDO PARA SANTIAGO DO
CHILE.**

Monografia

Aluno: Maico Diego Machado

Orientador: Antonio Carlos Vitte

Campinas, dezembro de 2012.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IG
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



**O CONSUMO DO “VERDE” URBANO: UM ESTUDO PARA SANTIAGO DO
CHILE.**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Vitte, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Monografia

Aluno: Maico Diego Machado

Orientador: Antonio Carlos Vitte

Campinas, dezembro de 2012.

“O real não é constituído por coisas. Nossa experiência direta e imediata da realidade nos leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas naturais ou humanas), isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais oferecidos à nossa percepção e às nossas vivências”. (Marilena Chaui. O QUE É IDEOLOGIA. Brasiliense, 1980, p.16).

Agradecimentos

Este é um momento de grande importância para minha família. Somos três filhos, José Evandro, Maico Diego e Douglas, de um casal de paranaenses, Elídio e Lenir, que saíram de seu estado na década de 1990, com destino ao interior de São Paulo, cidade de Engenheiro Coelho. O maior sonho de meus pais era poder dar aos filhos uma vida diferente da que tiveram em sua cidade natal. E hoje posso dizer que eles conseguiram. Por isso agradeço primeiramente a eles, por terem colocado a minha vida e dos meus irmãos como centro de suas vidas.

Tenho que agradecer a muitas pessoas, não há espaço aqui para todas, mas algumas merecem ter seus nomes eternizados neste texto. Com muito orgulho agradeço ao meu grande amigo Luiz Fernando, amigo de longa data e que sempre me ensina, na simplicidade de cada momento, a riqueza da amizade e da vida. Agradeço a minha grande amiga Luana pelos conselhos nos momentos de dificuldade em que pensei em jogar tudo para o alto e buscar novos rumos. Agradeço, também em especial, a meu grande amigo Jorge Bormann, grande incentivador, sempre preocupado com meus estudos e disposto a ajudar na realização dos mesmos.

Agradeço a um grande amigo que recebi durante minha formação, Gustavo, pessoa simples, como um bom paranaense, mas que sempre esteve ao meu lado em muitos momentos de sala de aula, trabalho de campo, conversas, juntos sempre nos ajudamos e construímos uma amizade verdadeira.

Há pessoas incomparáveis, Dona Raimunda com seu sorriso sempre contagiante e nos chamando a uma conversa. Seu Anibal, com suas histórias da vida e seu amor ao Corinthians. Seu Guerrero e seu amor ao Palmeiras. Estes três, sem dúvida, na sinceridade e simplicidade do dia-a-dia, me trouxeram muitos motivos para continuar a viver sorrindo, mesmo que o restante diga não.

Agradeço a todos da minha turma, turma 08, em especial Lívia, Sueli, Gedalva, William, Camilo, Marcelo, Claudiane, João Marçola, Guilherme, Diogo, cada um com sua presença trouxeram um tempero que fortaleceu esta turma como sendo uma turma de amigos.

Quero aqui também tornar eternizada minha gratidão as assistentes sociais do SAE, que em todas as vezes que por lá passei me atenderam como carinho e atenção,

em especial a Cibele que compartilhou comigo boa parte dos meus problemas e soube, em ocasião triste, me aconselhar para que eu não perdesse a vontade de continuar.

Agradeço ao Professor Antonio Carlos Vitte, que durante a graduação se colocou a disposição para me orientar cientificamente, mas que também me mostrou muito da vida, sobretudo em momentos de dificuldade, como no episódio do assalto que sofri dentro do campus. A ele também meu apresso.

E por final, queria em muito agradecer a vida! Vida que tanto nos prova, nos provoca, nos instiga, nos machuca, nos alimenta, nos dá prazer, mas que, sobretudo, nos ensina a viver e a desafiá-la, e, desafios são alimento para uma alma que pensa sobre a vida.

O CONSUMO DO “VERDE” URBANO: UM ESTUDO PARA SANTIAGO DO CHILE.

RESUMO

Monografia de conclusão de conclusão de curso

Maico Diego Machado

A essência deste estudo consiste em entender como se dão nas grandes cidades a dinâmica de consumo da natureza urbana, analisando o processo de formação de uma metrópole, sua construção social, política, econômica e histórica. Analisando a estrutura do país de sua localização, podemos chegar ao entendimento de dinâmicas atuais que definem a organização de objetos e indivíduos no seu espaço, as grandes cidades são resultados da história de um país. Santiago é exemplo disso. A natureza, o verde urbano, é também parte deste processo. Acumulando-se no tempo, seu significado vai se alterando e no atual momento histórico passa também pela mercantilização imposta pelo mercado imobiliário. A fim de investigar este movimento foi feito um resgate da história de Santiago e de seu país, o Chile. Avaliamos os impactos dos movimentos políticos e econômicos nacionais sobre a cidade de Santiago, fator que nos condiciona para o entendimento de sua posição como uma metrópole Latinoamericana, e da disposição de sua malha urbana sobre seu sítio natural. O objetivo se resume a entender a atuação do mercado imobiliário na tomada do verde urbano como atributo agregador de valor na comercialização da terra urbana. Passando por conceitos caros a Geografia, tais como “cidade dispersa”, temos uma aproximação clara de um padrão de cidade que se estabelece na América Latina. Os resultados também indicam que para Santiago há uma segregação socioambiental definida pela disposição e número de áreas que representam a natureza no espaço urbano, e isto é tomado pelo mercado como um importante condicionante de exclusividade de seu produto. A globalização dos padrões de consumo e vida também faz presença ao definir os produtos e os consumidores nas grandes cidades como Santiago. Coletando dados infraestruturais geramos resultados que vão de encontro a nossa tese de que em Santiago o consumo da natureza urbana se dá de forma segregada e mercantilizada não atendendo a suas especificações básicas declaradas em lei de uso público.

Palavras-chave: segregação – mercado - natureza

CONSOMMATION DE «GREEN» URBAINE: UNE ÉTUDE DE SANTIAGO DU CHILI.

RÉSUMÉ

Monographie achèvement de l'obtention du diplôme

Maico Diego Machado

L'essentiel de cette étude est de comprendre comment se débrouiller dans les grandes villes de la nature dynamique de la consommation urbaine, l'analyse du processus de formation d'une métropole, sa construction sociale, politique, économique et historique. Analyse de la structure du pays où vous vous trouvez, nous arrivons à comprendre les dynamiques actuelles qui définissent l'organisation des objets et des individus dans votre espace, les grandes villes sont le résultat de l'histoire d'un pays. Santiago est un exemple. La nature, le vert urbain, fait également partie de ce processus. S'accumulent au fil du temps, sa signification va changer dans le moment historique actuel et implique également la marchandisation imposée par le marché du logement. Afin d'étudier ce mouvement a été fait une histoire de la rédemption de Santiago et de son pays, le Chili. Nous évaluons l'impact des mouvements nationaux économiques et politiques sur la ville de Santiago, un facteur que nous Conditions à la compréhension de sa position en tant que métropole d'Amérique latine, et la volonté de son naturel urbain sur votre site web. Les furoncles but pour la compréhension de la performance du marché du logement en faisant verts urbains comme valeur de l'attribut d'agrégation dans la commercialisation de l'espace urbain. Le passage géographie concepts coûteux, comme "dispersé ville", nous avons une approche claire à une norme qui est établie ville en Amérique Latine. Les résultats indiquent également qu'il existe une ségrégation socio-environnemental de Santiago définie par la disposition et le nombre des zones qui représentent la nature dans les espaces urbains, et cela est pris par le marché comme un déterminant important de l'unicité de votre produit. La mondialisation des modes de consommation et rend également la présence de la vie afin de définir les produits et les consommateurs dans les grandes villes comme Santiago. La collecte de données d'infrastructure génèrent des résultats qui répondent notre thèse selon laquelle la consommation de Santiago de la nature en milieu urbain se produit séparé et spécialisé ne respectent pas leurs spécifications de base déclarés par la loi pour l'usage public.

Mots-clés: ségrégation - marché - nature

Índice

Introdução	1
1. Histórico da Urbanização da América Latina: Economia, política e surgimento das cidades	4
2. História e Urbanização do Chile. Governos e Política	6
2.1. Chile e sua formação urbano-territorial.....	6
2.2. Da Independência á Redemocratização.....	14
2.2.1. Governo Allende	19
2.2.2. Pinochet.....	22
3. Características físicas do Chile	27
3.1. Características físico-naturais de Santiago.....	28
4. Santiago: formação urbana e situação atual	29
5. Natureza nas cidades, meio ambiente urbano.	38
6. Interpretação Geral	44
6.1. Santiago e sua natureza urbana: sítio urbano; dados analíticos de Santiago ..	44
7. Considerações Finais	53
Referências Bibliográficas	57
Anexos	61

Introdução

Investigar e compreender as ações dos agentes que compõem o espaço urbano se faz fundamental para compreendermos a organização da cidade. São eles que transformam o espaço e produzem relações entre o espaço e seus indivíduos. Estes agentes são além do Estado, principalmente o mercado imobiliário e seus consumidores.

O mercado imobiliário se apresenta a partir da década de 1990 como um grande direcionador do desenvolvimento do tecido urbano é ele quem produz o espaço. Esta relação de produção provoca movimentos dentro da cidade, movimentos que denunciam as formas de relação do espaço com o mercado e seus consumidores.

O espaço vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação – uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com a perda das referências. (CARLOS, 1998, p.193).

Vivemos um momento histórico de clara retirada do Estado da dinâmica de produção, gestão e planejamento do espaço urbano das cidades, sobretudo das grandes cidades como Santiago, que pelo seu histórico, se alinha mais rapidamente ao modo de governabilidade difundido pelo centro hegemônico. Nesta nova fase, temos um avanço de um forte processo de privatização da máquina pública e queda da qualidade dos serviços prestados no contexto urbano, justificados pelo sucateamento do Estado. Um destes serviços é a possibilidade do acesso às áreas de lazer, que nas cidades podem ser também encontradas nos parques urbanos (LOBODA & DE ANGELIS, 2005). Historicamente sua função dentro das cidades se resumia em um caráter ecológico e que vai se transformando até chegar ao atual momento de um significado mercadológico e mercantil. Sua mercantilização esta intimamente ligada a um forte discurso, não somente por sua presença, mas também por sua função dentro de um contexto urbano.

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos prescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física da população. (LOBODA & DE ANGELIS, 2005, p.131).

Loboda e De Angelis, na citação acima, reafirmam nossa posição, nossa hipótese: as áreas verdes/verde urbano/natureza não mais são somente objeto de composição do espaço em caráter ecológico, mas pela nova lógica de mercado passam a ser produto em função de sua localização no espaço, ou seja, viver próximo a uma área verde representa viver bem, mas isto também implica em um custo adicional pago tanto pela proximidade quanto pela exclusividade, e isto gera um quadro de segregação, uma segregação socioambiental. Esta nossa hipótese vai nos guiar durante o texto. Vamos abrir nossas reflexões passando pelos termos citados.

Nossa investigação respeita uma metodologia temporal e espacial, fazendo uso de uma imersão em escalas de tempo e espaço. Vamos começar por uma pequena reflexão sobre a cidade na América Latina, num contato em muito superficial elencar elementos fundamentais para nosso objetivo maior. Aumentando nossa escala de entendimento vamos nos ater a um levantamento da formação territorial urbano do Chile, neste capítulo formaremos um arcabouço de informações que resultaram em um quadro de análise para Santiago, nele vamos apresentar movimentos históricos nacionais que de alguma forma possuem impactos diretos na estrutura e composição da capital. Também neste capítulo faremos um resgate dos momentos políticos deste país. O Chile possui uma rica história política, passando por momentos diversos com profundas lutas sociais. Sua história política guarda fatos marcantes, tais como uma aproximação ao socialismo e uma profunda intervenção militar/neoliberal que guarda marcas de sangue na história deste país que hoje se declara moderno/neoliberalista.

Um estudo monográfico requer uma compreensão da totalidade do contexto de análise, e neste caso, esta análise é fundamental. Vamos apresentar alguns aspectos físico-naturais do Chile e de Santiago. Estas informações nos darão duas importantes ferramentas para entendimento geral: i) as políticas de localização da produção agrícola que abastecem as cidades; ii) as condições “naturais” da natureza nas cidades e quais são as adaptações necessárias e demandadas pelo discurso mercadológico para a geração de um produto que crie demanda de consumo, sendo este produto a natureza. Na artificialidade da cidade moderna, a natureza também é tornada simulacro de sua forma natural, um produto.

Discutir a natureza nas cidades como produto das ações do mercado urbano é também objetivo aqui colocado. Um resgate teórico se faz necessário para uma

interpretação empírica coerente. Esta interpretação, apresentada neste texto, nos é cara para a construção de um quadro interpretativo sobre nossa área de estudo. O discurso universal sobre o papel e representatividade do verde, da natureza no contexto urbano é tomado pelo mercado e incorporado como componente de valor final do produto imobiliário. O Documento de Atualização do Plano Regulador Metropolitano de Santiago (2008) já aponta para uma demanda cobrada por parte população pela existência de mais áreas verdes na cidade, mas a localização das mesmas não é discutida. Como já apontamos também a localização de tais áreas é incorporada pelo mercado.

Já no chamado capítulo seis, vamos analisar dados de Santiago. Trabalharemos dados referentes ao índice de metro quadrado de áreas verdes de uso público para habitante urbano, dentro de suas limitações, chegando a resultados coerentes com nossa hipótese, e, avançamos para o entendimento de alguns exemplos de áreas verdes dentro do contexto da chamada cidade dispersa e de como o mercado imobiliário, neste novo ideário de verde urbano, vai se ajustando para também incorporar antigas áreas verdes que surgiram antes desta nova demanda de consumo.

Finalizando vamos confrontar nossa hipótese com o descrito durante o texto. O momento atual de globalização do mercado e do discurso mercadológico proporciona também uma interpretação global deste componente geográfico. cremos que a produção de espaço, alteração de seu uso e sua forma, através da dinâmica de consumo do verde urbano, possa ser um padrão global e, sobretudo indicar da incorporação de um discurso que rompe com a cidade industrial e compacta, abrindo ainda mais o avanço de uma cidade de fluxos rápidos e de ocupação de sua periferia através dos objetos de circulação e descentralização dos serviços.

1. Histórico da Urbanização da América Latina: Economia, política e surgimento das cidades.

A América Latina é resultado da necessidade de avanço das áreas de exploração da Europa. A geração de capital, sobretudo, novas fontes de matéria-prima e riqueza. A tomada das novas terras foi violenta e sem reconhecimento dos “nativos”, uma guerra sem poder de reação. Em linhas gerais estes são os marcos da chamada “Descoberta da América”. Aqui portugueses e espanhóis passaram a instalar suas formas/objetos de ocupação do espaço. Surgem as cidades em suas formas mais medievais; elas são fortes de proteção das novas terras ou mesmos postos de entrada e base de distribuição para o processo de tomada do interior da terra então “desconhecida”.

A cidade antiga é um agrupamento defensivo destinado a garantir o controle e a exploração dos territórios limítrofes. É um símbolo do poder do grupo e de sua organização, exprimindo-se através do espaço (...). (GEORGE, 1969, p.167-168).

Assim são as cidades na América Latina a serviço das metrópoles que estão na Europa. Cidades que organizam o novo espaço no seu embrionário conhecimento e que são sustentáculos do poder da metrópole.

A cidade na América Latina passou por três períodos: i) o primeiro estende-se do século XVI até por volta de 1850, trata-se, genericamente, do período colonial, esta cidade é caracterizada pelo predomínio da presença da elite no centro da urbe em relação; ii) o segundo período estende-se de mais ou menos 1850 a cerca de 1930. Com a independência e a expansão das atividades de exportação, as principais cidades foram afetadas tanto em termos funcionais como sociais e espaciais. De um lado emerge uma classe média e firma-se uma classe dominante vinculada à propriedade da terra, ao grande comércio e, em muitos casos, à nascente indústria. De outro, verifica-se uma redução da fricção da distância, graças à introdução de formas coletivas de transporte; III) o terceiro período se inicia em 1930 e vê um fortalecimento do papel das populações de status no domínio das ações transformadoras das cidades. Período de ampliação do processo migratório e em consequência aprofundamento da periferação, com loteamentos populares e autoconstrução e na entrada do Estado na construção de moradias sociais, também nas periferias. As favelas crescem em volume e número

(CORREA, 2000). O espaço urbano é fragmentado e cada uma de suas partes se relaciona com as demais, variando a intensidade.

Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; a cidade medieval, por sua vez, apresentava uma organização espacial influenciada pelas guildas (...). Mas o espaço urbano é um reflexo tanto das ações que se realizam no presente com também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORREA, 2000, p.8).

A cidade da América Latina é capitalista. Resultado das ações deste sistema econômico que se instalou. A cidade cresce se transforma, se relaciona, enfim em todos os seus sentidos a cidade Latinoamericana é regida pelo capitalismo. Na América Latina a situação das cidades é resolvida de maneira sumária: a cidade vai sendo feita e desfeita continuamente, tanto em escala de bairros como em escalas de parcelas edificadas, o que nos proporciona uma visão de panoramas heterogêneos (GEORGE, 1986).

A cidade Latinoamericana é desigual, é fragmentada e no período atual passa a ser mercadoria, mas uma mercadoria não em sua totalidade e sim na representatividade de seus espaços/fragmentos. Há uma nova ordem que passa a organizar as cidades no globo e esta ordem incide diretamente na organização das cidades e seus órgãos de governo, mas, sobretudo, em sua população, de maneira mais violenta na parcela pobre.

As cidades deste período são resultado do acúmulo dos tempos. Sua organização, morfologia e espacialização de seus objetos técnicos representam a sobreposição das formas e tipos de governos e organização social que por ela passaram e que também são ponto de partida para o seu futuro, enquanto atuação do governo e organização social, portanto as cidades são formas resultado e pré-formas.

O modelo político que se posiciona como dominador, o Neoliberalismo, toma o Estado como sendo um entrave para seu desenvolvimento e para o desenvolvimento da cidade. Deste luta surge um novo consenso urbano, uma nova relação do Estado com a cidade, surge a cidade mercadoria (VAINER, 2003). Uma cidade eficiente que compete pelos recursos disponibilizados por um mercado global de cidades. Aqui destacamos o papel de grandes cidades, tais como Santiago. Nesta nova cidade o papel do Estado se resume em basicamente proporcionar condições para que as cidades possam competir

no mercado internacional, e, estas condições passam pela uma efetiva atuação nas políticas de investimento e nas legislações Nacionais.

Portanto saímos de uma condição colonial do século XVI para chegarmos a uma situação de competição internacional, disputando espaço com nossas antigas metrópoles, mas os tempos são outros e o acúmulo no espaço também é outro. Nossas cidades são inseridas de forma fragmentada neste mercado global de cidades e isso basicamente nos explica as formas sociais que encontramos os espaços de segregação agora internacionalizados, transformados em mercadorias.

Não podemos deixar de ao menos apontar em um parágrafo, mesmo que deslocado temporalmente, na lógica aqui estabelecida, sobre as ditaduras militares que assombraram a América Latina. Chile, Brasil, Argentina, México entre outros, experimentaram do poderio de intervenção do caráter neoliberal dos Estados Unidos. Um período de avanço sobre os embates de uma Guerra Fria em que este centro hegemônico amplia suas formas de intervenção na soberania de Estados que se encontravam politicamente e economicamente fragilizados. As ações de subordinação impostas pelos Golpes Militares e seus períodos de governo ainda são hoje sentidas nas políticas econômicas internacionais e nas relações comerciais. As dívidas externas são uma ferida destes períodos, mas as marcas da violência cometida ainda mancham a história de todos estes países.

2. História e Urbanização do Chile. Governos e Política

Neste capítulo vamos apresentar dados históricos da sociedade chilena e santiaguina. Características políticas e socioeconômicas que acumuladas no tempo vão se sobrepor ao espaço natural, ao sítio da urbe de Santiago e produzir reflexos na sociedade contemporânea.

2.1. Chile e sua formação urbano-territorial

Chile, país de características únicas. Sendo parte da América Espanhola o Chile possui história de formação ligada à doutrina de colonizadores espanhóis. Pedro de Valdivia é considerado seu descobridor e principal desbravador do território chileno. Estabelecida na década de 1540, a Capitania Geral do Chile aos poucos foi se tornando uma pequena e desenvolvida colônia agrícola situada no extremo sul do Império espanhol na América. No século XVIII, segundo Collier & Sater (1996), este cenário proporcionou a conformação de grandes latifúndios, estratificando a sociedade da época verticalmente em: trabalhadores pobres (em sua maioria mestiça) e uma classe alta composta por imigrantes europeus.

O país, antes do século XVIII, obteve um desenvolvimento, no que tange a rede urbana bastante tímido. Isso se deve as prolongadas guerras indígenas para ocupação do território e seu baixo potencial econômico causado por sua distância das grandes rotas comerciais mundiais (MORSE, 1973). Entrando no século XVIII temos o fortalecimento dos grandes latifúndios no vale central chileno que pela sua produção estabelece a possibilidade de um maior desenvolvimento do setor urbano do país, também aliada a sua produção agrícola surge com força à mineração, a este ponto vamos nos deter com maior fôlego na sequência deste texto.

Segundo Morse (1973) o período posterior é marcado por uma concentração provocada por uma política da chamada Reforma Borbónica. Esta reforma tinha como objetivo uma concentração populacional para defesa do território¹ e também a tomada do sul do país que ainda estava sob o domínio dos indígenas. Esta política também previa a fundação de novos povoados a partir das áreas concentradas, como se fossem pontos de partida para tomada de novos espaços. Cidades importantes deste período são Concepción e Talca. Ainda segundo Morse (1973), esta política melhorou a qualidade de vida dos povoados e mesmo proporcionando o surgimento de cidades mais preparadas para os desafios de expansão econômica e populacional.

O período posterior é marcado pelas guerras que levaram a independência em 1818². Algumas importantes cidades foram afetadas, a exemplo Concepción, que já possuía importante papel na rede urbana do país. Neste momento surge um novo centro

¹ Há um intenso processo de construção de fortes, cidades militares para proteção do território.

² As batalhas contra os espanhóis, no entanto, só terminaram em abril de 1818, na Batalha de Maipú, quando os dois generais, San Martín e O'Higgins, se encontraram e se confraternizaram no chamado "Abraço de Maipú"

urbano/portuário e que pelo intenso trânsito comercial com Estados Unidos e Inglaterra, se fortalece como a principal cidade do país, Valparaíso. Esta cidade exerce importante papel de ponto de distribuição comercial, e agora o Chile entra na rota comercial mundial. Período também marcado pela forte participação do país enquanto exportador de prata e cobre. Mais adiante no texto vamos apresentar uma leitura das características físicas deste país a fim de complementação desta informação.

O Chile possui uma peculiaridade única, resultado do acúmulo de sua história, seu território se estende por uma grande faixa longitudinal [orientada de norte-sul], conformando assim a presença de várias particularidades de clima e relevo. Composto de duas cordilheiras paralelas intercaladas por uma depressão, com isto, limitando a implantação de portos e o desenvolvimento de núcleos importantes de avanço econômico. Navarro (1988) destaca estas características e as consequências para o Estado Chileno:

La forma compacta facilita la interacción entre los distintos elementos físicos y humanos que conforman un espacio, logrando así altos niveles de coherencia interna, condición que redundará en una organización espacial más eficiente. Así, la forma alargada del territorio nacional, si bien permite disponer de una gran variedad de climas y de recursos naturales, genera costos adicionales en lo que respecta al transporte de carga y de pasajeros, sistemas de comunicaciones, integración de los habitantes y de la economía en general, y a acciones de defensa. (p.88).

Os governos nacionais de 1860 a 1890 aplicaram políticas de controle sobre a Igreja Católica³ e sobre o Poder Executivo, fortalecendo assim o caráter liberal dos governos do período. Neste período da história chilena ocorreu um dos fatos mais importantes para o desenvolvimento do país, a Guerra do Pacífico, uma busca por fortalecer o setor que proporcionava a maior participação do país na comunidade comercial estrangeira, a mineração. Tal guerra opôs Chile ao Peru e a Bolívia. Segundo Sader (1991):

Até aquele momento o Chile ainda era um território limitado, com regiões geladas ao sul pouco exploradas e com o norte muito restrito, porque os principais estados mineiros – Antofagasta, Tarapacá – pertenciam à Bolívia e ao Peru [o que após a guerra se inverte]. (p.20).

³ Cabe aqui ressaltar que assim como nos demais Estados da América Latina a Igreja Católica se consolida como a mais influente e concentra o maior número de fiéis.

O principal consumidor de seus minerais, a Europa, passava por um importante período de crescimento de sua agricultura que por vez demandava um volume de fertilizantes a base de nitrato, um dos principais produtos minerais do Chile (MORSE, 1973).

Na parte norte do país [área mais desértica] se concentra as áreas de extração de minérios⁴, tal atividade condicionou, durante a história, a instalação e desenvolvimento de núcleos urbanos para acomodar a população que vinha de fora para trabalhar nas minas. No entanto estes núcleos estavam separados por grandes distâncias o que dificultava trocas entre tais⁵. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, onde dois terços da receita nacional provinham da exportação de nitratos, porém, o pampa salitreiro era mais amplo e indiferente do que nunca. A prosperidade não serviu para desenvolver o país, mas acentuou, ao contrário, as suas deformações estruturais. (GALEANO, 2005).

Deslocando-nos para o sul as condições vão se alterando, surgem os primeiros canais de drenagem com água corrente perene, e o deserto vai dando lugar a uma vegetação mais densa e exuberante. Esta região tem características climáticas que propiciam o desenvolvimento de uma agricultura mais complexa e diversificada atraindo para si um maior número de migrantes que se assentam nas áreas rurais⁶. A partir dos anos de 1930 esta distribuição espacial da população também se justifica pela localização das atividades industriais que se instalam na região (HERRERA, 1976).

Ao longo desta mesma depressão ocorreu a maior gama da ocupação do território chileno por parte dos espanhóis, constituindo o núcleo de desenvolvimento da nação chilena (HERRERA, 1976). O número de cidades criadas para o fortalecimento⁷ da defesa do território foi muito grande. Com o tempo estas cidades perderam esta função e passaram por um desenvolvimento que as colocaram dentro de uma nova faixa de estudo, como centros urbanos de concentração populacional, tais como Concepción, Valdivia e La Serena. No final dos anos de 1920, segundo Sader (1991), ocorreu uma grande expansão das concentrações urbanas, sendo que quase metade da população do país já se encontrava em cidades. Ainda segundo o autor este resultado era em função

⁴ O principal deles é o cobre, mais no passado o salitre ocupava este posto.

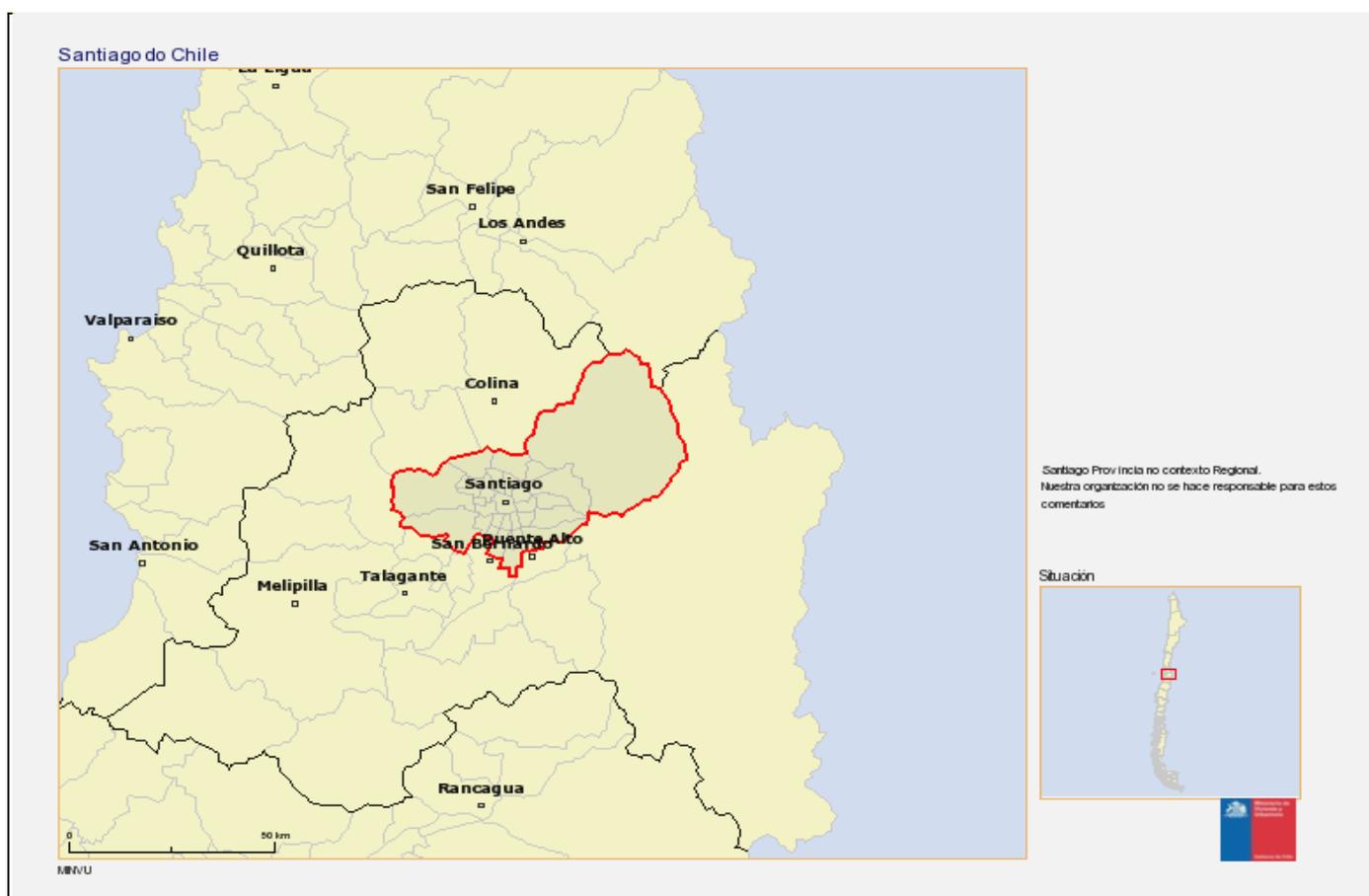
⁵ O que remete a uma ideia de conformação de um arquipélago urbano, algo bem parecido ocorria no Brasil neste mesmo período.

⁶ É também nesta região onde se concentram os grandes latifúndios característicos do período.

⁷ Cidades que apresentavam fortes e acomodações militares.

do crescimento das atividades estatais, de serviços, finanças e comércio, os anos 20 surgiram como de esgotamento do tipo de regime herdado do século anterior” [a sociedade ganha nova dinâmica socioeconômica] (p.27).

Santiago é a exceção ao ritmo de crescimento das cidades do vale central chileno [fig.1]. Localizada neste mesmo setor cresce de forma acelerada desde várias décadas (HERRERA, L.1976). Sendo a principal cidade do país, Santiago desde sua fundação possui a maior população do Chile. Em 1907 já atingia cerca de 332.000 pessoas, segundo Collier & Sater (1996) isto se devia a crise da extração de minério ao norte do país, fazendo com que a população buscasse novos meios de sobrevivências nas cidades ao sul do Vale Central, principalmente Santiago. No entanto a cidade não havia se expandido muito, em relação ao seu centro histórico.



[Fig.1]: Localização de Santiago no contexto metropolitano e Nacional. Fonte: Elaboração própria a partir de base digital disponibilizada pelo Ministerio de la Vivienda y Urbanismo do Chile.

O momento posterior se caracteriza pela crise econômica de 1929 que levou consequências trágicas a economia chilena⁸, independente de qual regime político estivesse no poder. As mais duras consequências se deram em função de que no mesmo período o país enfrentava o fim do ciclo do salitre, seu principal produto de exportação. O principal motivo para a queda de produção foi à introdução no mercado internacional, por parte dos alemães, dos nitratos sintéticos que substituíam o salitre, sobretudo no mercado agrícola europeu. Tal mudança se reflete de forma intensa na estrutura urbana do país.

Populações inteiras perdem seus meios de subsistência e, do dia para a noite, cidades e regiões são esvaziadas, transformando-se em cidades fantasmas (...) dezenas de milhares de trabalhadores com suas famílias passam a vagar pelo país em busca de meios alternativos de sobrevivência, por fim acabam se instalando nas periferias das grandes cidades, principalmente Santiago, agravando o avanço urbano (...) (SADER, 1991, p.30).

Galeano (2005) também descreve esta situação a partir de outra leitura:

Surgiram operários especializados em desarmar povoados: eram os únicos que conseguiam trabalho nessas imensidões arrasadas ou abandonadas. Vi os escombros e os buracos, os povoados fantasmas, as vias mortas, os fios já mudos dos telégrafos (...) (p.187).

Santiago, sua importância como capital política e cultural sendo principal centro comercial e a partir de 1930-40 com seu desenvolvimento industrial justificam seu crescimento acima da média nacional recebendo grande contingente de migrantes. Valparaíso [principal porto de escoamento da produção industrial de Santiago] e Concepción com seu parque industrial bem desenvolvido a partir de 1960-70, também figuram como cidades importantes do Chile. Neste mesmo período cerca 84% da população chilena vivia entre os paralelos 32° e 40° de latitude o que representa 21% do território nacional (HERRERA, L. 1976). A cidade de Santiago possui um formato de “estrella”⁹, o que justifica as posições das grandes vias de acesso, principalmente a carretera¹⁰ que corta o país de norte a sul. Segundo HERRERA (1976) em 1961 o crescimento da cidade é “(...) espalhado pelos eixos das principais estradas com avanço

⁸ Ressalta-se que neste período o país já se alinhava as políticas dos Estados Unidos da América.

⁹ Estrela.

¹⁰ Denominação dada a principal rodovia que corta o país.

de empreendimentos imobiliários para as montanhas¹¹ através do vale do Mapocho e começa a ocupar o sopé dos Andes (...)" (p.76).

Nestas áreas de sopé, que são áreas de solos férteis, se encontram as principais atividades agrícolas¹² do país. Este avanço da área urbana sobre a agrícola levou nos anos 1970, e, continua levando nos dias atuais, á consequências no mercado local de produtos de origem rural, os altos preços são a principal delas. Um fato que intensificou esta ocupação se deu em 1980, quando o governo do período, comandado por Augusto Pinochet, promulgou o Decreto de Lei 3.516/1980 que proibiu a existência de terrenos agrícolas com 5000m² ou menos. Este decreto possibilitou a atuação intensa do mercado imobiliário que, adquirindo propriedades fora das normas estabelecidas, incorpora grandes áreas ao tecido urbano (HIDALGO & BORSDORF, 2011), assunto que mais adiante trataremos com maior profundidade.

Um dos principais problemas enfrentados pela máquina pública chilena, neste período, que, no entanto se mantém até os dias atuais, se concentra na questão da infraestrutura e nos serviços básicos, tais como água potável, rede de esgoto e energia elétrica¹³. Em Santiago para Cunill (input HERRERA 1976), já na década de 1970, "faltam obras de armazenamento e distribuição que permitam que a água seja repartida convencionalmente, isto afeta quase todas as cidades chilenas, inclusive Santiago"... (p.220).

A este assunto Herrera (1976) destaca o papel exercido pelo mercado especulador imobiliário que neste período já demonstrava grande atuação na composição do espaço urbano santiaguino. Utilizando-se destas fragilidades estruturais da máquina pública, para lançar ao mercado uma nova modalidade de comércio imobiliário, aquela que contém todos os serviços básicos a disposição do comprador¹⁴. A atual tendência do setor imobiliário coloca nos dias atuais como principal produto deste pacote de qualidades [amenidades, naturais ou artificiais] a presença do verde urbano. A qualidade de vida, na atual estruturação da sociedade capitalista, passa pelo

¹¹ Principalmente em direção aos Andes Chilenos.

¹² Produção de vinhas e alimentos básicos, principalmente batatas e trigo.

¹³ Uma constante no contexto das metrópoles latinoamericanas.

¹⁴ Comprador este que teria necessariamente que possuir recursos para consumir este produto, ou seja uma política de serviços as classes mais abastadas.

contato com as raras áreas de natureza urbana (HOMERO & VASQUES, 2008), mais que isto, ocorre de acordo com suas distribuições espaciais no meio urbano.

A concepção de natureza no contexto da globalização contemporânea [processo de expansão e difusão da economia] é vista como um produto associado à expansão mais ampliada do capitalismo, do consumismo da sociedade, que acarreta uma crescente mercantilização da vida, em todas suas formas incluindo a mercantilização da natureza, do verde urbano, do meio ambiente urbano (SANTOS, 1996). Mais adiante vamos dedicar um capítulo a esta temática.

O planejamento urbano é uma tradição e um desafio para os santiaguinos e seus governos. Santiago no início da década de 1910, já apresentava um planejamento territorial avançado, muito influenciado pelos franceses, com avenidas largas e arborizadas. Collier & Sater (1996) ao descreverem a vida urbana de Santiago ressaltam este ponto:

Seu principal eixo, uma grande avenida arborizada, se via em sua maior parte, com imensos locais comerciais e mansões. A arquitetura pública do período, tomando muito o estilo francês (...) o centro de Santiago nunca foi tão agradável do que no começo do século XX. (p.160).

As condições de clima proporcionadas pela industrialização latinoamericana não são nada agradáveis, sabemos que este processo leva a uma degradação das condições climáticas e conseqüentemente um desconforto ao indivíduo que convive neste espaço. Pois bem, apropriando-se desta ideia o capitalismo lança uma série de produtos ao consumidor que proporcionam um “conforto” frente a esta situação, um desses produtos no atual contexto de transformação do espaço urbano, é o contato com a “natureza”, o verde urbano. Conformando-se em uma função ecológica para a presença do verde no espaço urbano, minimizando os impactos da sociedade industrial moderna (LOBODA & DE ANGELIS, 2005). O que na atual concepção de natureza no espaço urbano como objeto vendável, confere um valor de mercado aos terrenos próximos a ela. Exatamente o objeto de estudo desta pesquisa. Fato também definido por Rodrigues:

O “meio ambiente natural” tem sido (re) incorporado como demonstrativo de qualidade de vida que se pode comprar como: o “ar puro” e/ou a possibilidade de morar próximo do “verde”, sossego, etc. Dos loteamentos modernos ou ao lazer dos parques públicos ou de prédios “inteligentes”. É também incorporado pela medida de

quantidade de “verde” disponível por habitante. (RODRIGUES, 1998, p.90).

2.2. Da Independência á Redemocratização

Diferentemente do Brasil, o Chile teve um processo de independência que se inicia em 1810, marcado por confrontos com tropas espanholas (SADER, 1991). Esta característica da historia chilena é marcante, pois com isso há a construção de uma identidade nacional muito forte. Segundo Sader (1991), a ruptura com a metrópole deu ao Chile a independência como resultado de uma luta e não de uma concessão da metrópole, como ocorrera no Brasil. A partir do movimento de libertação do país surgiu o exército nacional com grande participação popular e identificação com a nação fundada. O exemplo do Chile segundo Sader (1991) foi: “Reafirmado pela ação conjunta dos exércitos independentistas dos vários países em luta similar contra as tropas espanholas”... (p.15)

O exemplo chileno disparou na América espanhola uma série de guerras de libertação das colônias, como nos casos do Paraguai em 1811, da Argentina em 1816 e do Uruguai em 1822.

No período de 1830 a 1860 o país comandado pelo ministro Diego Portales passou pelo período conhecido como a “República Conservadora” (SADER, 1991). Neste mesmo período foi confeccionada a primeira constituição, em 1833, a qual ficou em vigência até 1925, estabelecendo poderes concentradores nas mãos do Executivo. Esta constituição estabelecia que o voto fosse limitado aos proprietários de terras e que possuíam certo grau de instrução, o que mais de um século depois levou August Pinochet¹⁵ a buscar algum histórico para apoiar seu poder militarizado e personalista, utilizando Portales (SADER, 1991).

¹⁵ Governou o Chile entre 1973 e 1990, com poderes de ditador, depois de liderar o golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista eleito pelo voto direto, Salvador Allende. O governo de Pinochet é considerado o período mais autoritário e violento da história chilena.

Ao final dos governos conservadores o fortalecimento dos liberais se cristalizou e estabeleceu modificações no país, principalmente no tocante das políticas econômicas. Os governos de 1860 a 1890 aplicaram políticas de controle sobre a igreja católica e sobre o poder Executivo, fortalecendo assim o caráter liberal dos governos do período. Neste período da história chilena ocorreu um dos fatos mais importantes para o desenvolvimento do país, a já citada Guerra do Pacífico.

O governo chileno reivindicava estes territórios como direitos tanto políticos quanto econômicos. Ao explodir a guerra os chilenos fizeram valer sua supremacia naval invadindo a região e chegando até Lima, cidade que foi ocupada e saqueada, principalmente suas reservas de metais preciosos (SADER, 1991). Vencendo a guerra os chilenos incorporaram os estados e também levando de bandeja também o estado de Arica, em disputa e ainda retirou da Bolívia sua única saída para o mar. Neste mesmo episódio, aproveitando da mobilização militar, derrotaram ao sul do país os “mapuches”, um povo indígena que dominava a região, instalando nesta área as colônias de imigrantes europeus principalmente alemães.

Em 1866, José Maria Balmacena foi eleito presidente do país, colocando em prática um governo que defendia um desenvolvimento autônomo do Chile. A política de desenvolvimento deste governante passava pela nacionalização de minas de salitre¹⁶ e pelo fomento à indústria. Seguindo esta linha de comando, Balmacena comprou uma luta contra o imperialismo inglês, contra os latifundiários¹⁷ e principalmente com o Congresso Nacional (SADER, 1991). Toda esta disputa levou a uma guerra civil com repressão militar sobre os grevistas em todos os setores da economia principalmente os mineiros do norte. Ao término desta disputa, Balmacena derrotado e refugiado na Embaixada dos Estados Unidos se suicida, e o poder oligárquico ganhou todas as prerrogativas, porém segundo Sader (1991):

Passando a conviver com o crescimento de um movimento operário em expansão conforme se desenvolvia a economia mineira, as tensões sociais somente podiam aumentar, na medida em que o caráter reacionário das elites no poder se recusava a ceder espaço para as novas camadas sociais emergentes. (p.23).

¹⁶ Que estavam sobre domínio dos ingleses.

¹⁷ Estes tiveram sua mão de obra desviada para a indústria

O que levaria a uma mudança de regime de governo na década de 1920. Com a entrada de um novo século se intensificam por todo o país embates do governo com forças reacionárias que lutavam pela legalização das organizações operárias. Neste contexto se deu o maior massacre da história do movimento operário chileno, em uma concentração ao norte na cidade de Iquique. Sader (1991) relata que o governo chileno enviou navios que abriram fogo contra o local da concentração matando milhares de pessoas, entre elas homens, crianças e mulheres. Este episódio não impediu que a primeira central sindical do país criada em 1909 – a Federação Operária do Chile, conhecida como FOCH – ganhasse representatividade política e de grande mobilização das classes operárias do país. Desta central sindical surge, sob uma liderança de transformação que será fundamental e dá a base para a criação do Partido Comunista do Chile. Este partido terá papel fundamental nas lutas de libertação ao regime Pinochet na década de 1980.

No final dos anos de 1920, segundo Sader (1991), ocorreu uma grande expansão das concentrações urbanas, sendo que quase metade da população do país já se encontrava em cidades. Ainda segundo o autor este resultado era em função “do crescimento das atividades estatais, de serviços, finanças e comércio, os anos 20 surgiram como de esgotamento do tipo de regime herdado do século anterior”... (p.27)

As eleições presidenciais dos anos 20 levaram ao poder um líder popular do norte, Arturo Alessandri. Este novo governo retoma as políticas de nacionalização de instituições tais como bancos e companhias de seguros, além da ampliação da participação nos lucros das empresas por parte dos funcionários. O grande destaque deste governo são os investimentos maciços em educação pública leis de proteção ao trabalhador¹⁸ e proibindo o trabalho de crianças. Estes avanços nas políticas públicas e na legislação econômica levaram a um choque contra as elites chilenas e, assim como Balmacena, Alessandri renunciou e refugiou-se na Embaixada Norte Americana. Um grupo de militares assumiu o poder, porém, um setor com jovens oficiais que opinavam a favor das reformas propostas por Alessandri, derrubam a junta militar do poder e o convidam a reassumir o cargo.

Em sua volta ao poder, Alessandri consegue, por meio de plebiscito, a aprovação de uma nova Constituição, a qual passa a vigorar a partir de 1925. A nova Constituição

¹⁸ Leis de proteção, seguro desemprego, acidentes de trabalho, doenças e aposentadoria garantida.

previa a criação de um imposto de renda gradativo, desvinculação de qualquer relação do Estado com a Igreja Católica, o estabelecimento do presidencialismo de maneira plena e estendendo o direito ao voto a todo cidadão alfabetizado acima de 21 anos. No entanto as mudanças mais profundas se deram em função da propriedade privada, onde a partir da nova Constituição o direito a propriedade era sujeito às limitações “necessárias á manutenção e ao progresso da ordem social” (SADER, 1991, p.29). Em uma nova renuncia Alessandri deu lugar ao ministro de guerra Carlos Ibañez, que em eleição duvidosa assume o poder e trava uma luta em muitos pontos desleal contra os sindicatos legais com o intuito de calar qualquer manifestação contra o seu governo.

O momento posterior se caracteriza pela crise econômica de 1929 que levou consequências trágicas a economia chilena, independente de qual regime político estivesse no poder. As mais duras consequências se deram em função de que no mesmo período o país enfrentava o fim do ciclo do salitre, seu principal produto de exportação.

Em meio a este colapso econômico, depois de grandes movimentos populares, Ibañez renuncia ao cargo. O país entre em um período de instabilidade política muito profunda. A FOCH decretou greve geral. Novamente uma junta militar assume o governo, que em um episódio no mínimo estranho declarou a fundação de uma “republica socialista”. “A linha socialista derivava mais de um sentimento de busca de soluções para a miséria em que se encontrava o país através da justiça social e de certo redistributivismo (...)”. (COLLIER & SATER, 1996, p.31).

Tal junta militar possuía dentro de sua estrutura divisões que culminaram, poucos dias depois da proclamação da republica socialista, em um novo golpe militar. No quadro posterior houve novas eleições presidencialistas com um resultado bem conhecido, Arturo Alessandri vence novamente. Assumindo um país com mais de 200 mil desempregados, com uma série de movimentos sociais, economia estagnada. Tal situação só começou e ser mudada em função de um novo ciclo mineiro. Com grandes investimentos dos EUA na extração de cobre a economia chilena começa a se recuperar. Uma nova mudança se dá na estrutura urbana, com novas cidades sendo criadas em função das minas de cobre, principalmente no norte do país nas províncias de Arica, Iquique e Antofagasta.

O governo de Alessandri não chegou a gozar das benéficas deste novo ciclo de mineração. Nas eleições de 1938 foi derrotado pela Frente Popular¹⁹. Ai se inicia o período da história chilena, conhecido como “Chile Democrático”, que vai de 1938 a 1973. O primeiro presidente eleito - Pedro Aguirre Cerda – coloca em pratica uma política de incentivo a industrialização voltada para o mercado nacional, uma política substituição de importações realizadas por grande parte dos países da periferia capitalista, inclusive seus vizinhos Brasil e Argentina. Deu-se inicio neste período investimentos em indústrias de base²⁰ para amparar o desenvolvimento da indústria nacional. Estes grandes avanços dos investimentos estatais também possibilitaram o avanço do aparelho governamental, levando serviços de saúde e educação para regiões de demanda, e, assim também absorvendo o aumento das classes médias urbanas, uma integração do funcionalismo público (SADER, 1991).

Passado o período da segunda grande guerra mundial, e, com a entrada do regime da Guerra Fria, sob orientação dos EUA, todos os Partidos de caráter comunistas foram colocados na ilegalidade. O novo presidente, eleito após a morte de Cerda, Gonzalez Videla, estabelece uma grande repressão contra as greves mineiras e decreta uma Lei em Defesa da Democracia, ilegalizando o Partido Comunista. O momento político seguinte é marcado por mais uma passagem do general Ibañez, um período de crescimento econômico possibilitado pelo excelente momento do comércio exterior. Ponto novo desta eleição se caracteriza pela candidatura de Salvador Allende, que havia sido ministro da saúde de Aguirre Cerda. Nas eleições seguintes surge um novo nome que pela história de sua família chega ao poder, Jorge Alessandri, num ambiente conturbado leva a direita de volta ao poder.

A administração seguinte comandada pelo presidente Democrata Cristão, Eduardo Frei²¹, foi a que mais recebeu ajuda per capita dos EUA, na chamada experiência da “Aliança para o Progresso”. Neste processo se realizou a “chilenização do cobre”, onde o governo chileno compraria 51% das ações das empresas de mineração, no entanto as empresas eram Norte Americanas e as minas eram chilenas, se conformando um repasse da riqueza nacional para as empresas estrangeiras. As cobranças a cerca de reformas no setor agrário e de habitação levaram a uma crise

¹⁹ Na década de 30, a Europa assistiu a duas experiências de Frente popular (França e Espanha), ambas fracassadas.

²⁰ Refinarias de petróleo e siderurgias.

²¹ Conhecido como “Kerensky chileno”.

governamental levando a um abandono das reformas e a uma posição conservadora crescente (SADER, 1991).

2.2.1. Governo Allende

A eleição de Salvador Allende é marcada por uma grande situação de crise social, crise que se refletiu no resultado da eleição. Três eram os candidatos: Jorge Alessandri, da direita conservadora; Radomiro Tomic, do centro da Democracia Cristã; e Salvador Allende da Unidade Popular, a esquerda. Com pouca mais de um terço dos votos Allende chega ao Palácio da Moneda. Após três fracassos eleitorais Allende enfim assume o poder em 4 de novembro de 1970 (SADER, 1984).

Allende trazia experiência de deputado, ministro da saúde e senador, cargo que exercia no período de sua eleição. Salvador era um nato defensor do socialismo possível. Sua linha política ganhou espaço na preferência dos eleitores e o levou ao poder. A Unidade Popular buscava o socialismo, mas Allende sabia dos desafios para tal, pois o país estava em profunda crise social e econômica.

O programa da Unidade Popular era uma tentativa de realização de transformações de caráter socialista a partir das próprias estruturas políticas burguesas. O socialismo seria a continuidade lógica da ampliação das liberdades políticas da própria democracia liberal, enquanto a ação estatal nacionalizaria as principais empresas monopolistas, criando um núcleo socializado na economia. (SADER, 1984, p.19).

Assim que assume o governo, Allende dá início ao seu programa de governo. Melhorando os salários da população mais pobre e redistribuindo a riqueza com ampliação dos programas de saúde e educação, bem como de cultura e lazer para a população mais carente (COLLIER & SATER, 1996). Estes primeiros passos de Allende já fazia-o ganhar inimigos, grupos que não estavam contentes com esta nova forma de atuação do Estado, gerando maiores custos para manutenção da mão de obra e aumento dos impostos industriais.

Do outro lado do mar de problemas estava a situação financeira do país. Para solucioná-las Allende buscou ações tradicionais: aumento real nos salários gerando demanda de consumo que por consequência gera demanda de produção, mas um fator resultado desde processo será fundamental para sua derrocada, a pequena margem de lucro dos empresários leva a mudanças de investimentos e surge com força o mercado informal, também chamado pelos chilenos de “mercado negro”. Esta decisão por aumento real dos salários teve um caráter de fôlego a curto prazo para o projeto de governo, mas na sequencia vamos observar suas limitações.

Outro grande braço do governo Allende seria a Nacionalização de empresas monopolistas. Aí se encontra a semente da queda de seu governo. Vamos entender esta afirmação. As principais empresas nesta situação eram as mineradoras que pela política dos governos anteriores se encontravam nas mãos do capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos. A nacionalização era uma resposta ao subdesenvolvimento do país que se dava pela falta de recursos, recursos que eram exportados em forma de minério e capital (COLLIER & SATER, 1996).

Nacionalizar a mineração²² foi um passo importante, no entanto dar sequência ao processo de produção se tornou um grande problema. Grande parte das receitas do país sairia desta produção, mas o cenário se complicou:

Tanto la producción como los beneficios disminuyeron drásticamente. Los allendistas afirmaron que los Estados Unidos estaban saboteando la producción al negar el acceso a la maquinaria y los repuestos norteamericanos. Y efectivamente se había vuelto difícil para las minas obtener repuestos, aunque a menudo era posible comprarlos a través de terceros. (COLLIER & SATER, 1996, p.287-288).

O fato de nacionalizar mineradores de propriedade dos Estados Unidos levou a impactos diretos. Sanções econômicas em mercados dominados pelos norteamericanos, fechamento das linhas de crédito aos pedidos chilenos aos bancos internacionais, um verdadeiro bloqueio econômico. Tal situação obteve resultados nos programas do governo e mesmo na situações a serem votadas no Congresso Nacional, que tendo maioria oposicionista passa a fazer força contra o governo, sobretudo na votação de leis orçamentárias e no controle da inflação.

²² Tendo agora o cobre como principal produto deste processo.

Associada a nacionalização da mineração também foram nacionalizadas parte do sistema bancário, da indústria têxtil, da borracha, de metais básicos e a totalidade do setor petrolífero (SADER, 1984). O setor de bens de consumo popular não teve grande intervenção do Estado, fato que abriu espaço para atuação de seus opositores, onde na figura da burguesia sabotaram o sistema de abastecimento, golpeando o governo e ao mesmo tempo já abrindo precedentes para um questionamento por parte das classes populares e a nova pequena burguesia.

A pressão sobre o governo aumentava a cada dia. Os problemas ganhavam volume: falta de abastecimento, fuga de capitais, queda da produção e das receitas do país, entre outros já citados. A oposição de Allende ganhava força. Os movimentos independentes de associação de empresários, sindicatos e mesmo o Congresso Nacional questionavam o governo sobre as condições econômicas e sociais em que se encontrava o país. As grandes cidades, tais como Santiago e Concepción conviviam com movimentos nas ruas, violência e falta de segurança (COLLIER & SATER, 1996).

Concomitante a este quadro social e político, as Forças Armadas já se organizavam em caráter golpista. A burguesia se associa aos golpistas, pois o novo governo não lhe proporcionava um ambiente de ampliação de seu capital. A burguesia é fundamental para o processo golpista, segundo Sader (1984):

Através da ação combinada nos planos econômico, social, político e militar, a burguesia conseguia fazer entrar em crise o seu próprio Estado, que perdia a sua coerência interna e a sua legitimidade social, esvaziando-se como instrumento de direção política e de transformação da sociedade. Enquanto o governo reforçava a sua opção pelo terreno institucional como centro principal de luta, a burguesia reunificava suas forças com eixo nas organizações corporativas e dirigia suas vistas para o único ramo do aparelho estatal que ainda não tinha perdido a sua legitimidade: as Forças Armadas. (p.24).

As Forças Armadas já possuíam a prerrogativa necessária para colocar em prática seus interesses: um apoio de parte da população. A violência cresceu e os problemas socioeconômicos ganharam mais evidência. O movimento golpista ganha força da população e de forças externas. Com apoio do Governo dos Estados Unidos que ainda não tinham engolido o processo de nacionalização das mineradoras. Gradualmente os militares foram tomando parte do governo, rompendo com movimentos populares pró-Allende e intensificando os movimentos de pressão política

anti-Allende. Fazendo uso de sua força chegaram ao fatídico 11 de setembro de 1973 (COLLIER & SATER, 1996; SADER, 1984).

2.2.2. Pinochet

A junta militar que neste período, após 1973, não se colocava como governo moderador e sim como permanente e que tinha um claro objetivo, recolocar o país na linha de acumulação capitalista. Pinochet e sua junta mandou fechar o Congresso e interveio no Judiciário e com isso instalando uma violenta opressão. Muito mortos e muitos os exilados. A organização partidária foi reduzida ao máximo (SADER, 1984).

O Neoliberalismo era enfim tomado como principal forma de ação política econômica. A economia passou por reformas profundas com ampliação de impostos liberalização dos preços e remessas de lucros para o exterior (SADER, 1984).

As medidas foram insuficientes para conter a crise econômica que já se arrastava a mais de uma década. Crise que deflagrou uma disputa entre as elites que buscavam salvar a ampliação de seu capital. Tendo este cenário, Pinochet, em 1975 dá início a uma nova fase da política econômica. Abre o país para a entrada dos chamados “Chicago boys”, onde uma nova política é colocada em prática. Política a favor do mercado do capital financeiro nacional e internacional (SADER, 1984; COLLIER & SATER, 1996). Também esta política se pautava muito nas chamadas “vantagens comparativas” do país, ou seja, as exportações como carro chefe da economia. Indústria de exportação que dantes tinha somente os minerais do norte do país como principal produto, agora ganha incentivos para produção de madeira, frutas e pesca.

As condições de crise internacional favoreceram novamente a exportação de minerais. Fato que forçou Pinochet a buscar os empréstimos e os créditos internacionais. Os volumes adquiridos forçaram ainda mais a abertura da economia chilena ao comércio e às finanças internacionais (SADER, 1984). Este cenário econômico e a linha neoliberal assumida levou o governo a praticar profundas fases de privatização da máquina pública para uma redução dos gastos públicos. Toda esta

ordem de retirada do Estado produz resultados nas relações sociais, sobretudo nas cidades.

A crise financeira vai sendo superada pelo país. Já em 1977, ainda recebendo grandes volumes de crédito internacional, a economia já se via com fôlego para novos investimentos. Este movimento de crédito internacional também se fez internamente, e, já em 1979 o país atingia a maior dívida interna e externa do mundo. O país, assim como muitos do período e do continente sulamericano, acabou por formar um único setor norteador da produção de divisas, no caso, a exportação de minerais. Este movimento causa uma dependência externa de grande monta. Todos os setores da economia vão buscar no externo suas bases para reprodução e a abertura feita pelo governo facilita tal movimento.

Do ponto de vista social este período foi de intenso crescimento das desigualdades. O hiato social ganha muita força, o que dantes nunca tinha sido observado.

A nova Constituição de 1980²³ institucionalizava o poder militar, formalizando as práticas já instaladas desde o golpe em 1973. Esta Constituição foi amplamente apoiada pela burguesia que tinha braços dados com Pinochet (SADER, 1984). Esta nova Constituição dava plenos poderes ao executivo sobre os demais órgãos e poderes de Estado.

A nova Constituição mexe diretamente na organização do território nacional. A partir de sua aprovação o país passa a ser dividido em regiões, províncias e comunas, com a subdivisão destas em parcelas ainda menores e mais facilmente controláveis pelos aparelhos do regime (SADER, 1984). 1981, ano que marca o início da crise do Governo Pinochet, o início de sua queda.

O projeto de Pinochet buscava a despolitização de uma sociedade profundamente impregnada pela luta social e pela ideologia democrática e popular. Aparentemente, estava perto de conseguir o seu objetivo com a aprovação de uma Constituição que reflete

²³ De acordo com esta Constituição, ainda vigente, o Chile é uma república democrática, cujo Estado é unitário com seu território dividido em regiões. Sua administração é funcional e territorialmente descentralizada, ou desconcentrada, em seu caso. Dessa forma, o país está dividido em 13 regiões (Tarapacá, Antofagasta, Atacama, Coquimbo, Valparaíso, Metropolitana de Santiago, Libertador General Bernardo O'Higgins, Maule, Biobío, La Araucanía, Los Lagos, Aysén del General Carlos Ibáñez del Campo e Magallanes e Antártica Chilena), 51 províncias e 342 comunas.

fielmente o espírito que o regime quer insuflar na sociedade chilena. (SADER, 1984, p.56).

A fragilidade da economia chilena, causada pela sua profunda dependência de capital estrangeiro, começa a produzir cenários de crise. As exportações caíram e com isso o déficit aumentou. As flutuações do mercado internacional também contribuíram para este contexto. A falta de controle interno no mercado de crédito também contribuiu para que o país perdesse espaço no exterior, sobretudo nas fontes de capital. Os empréstimos foram sendo reduzidos pela falta de credibilidade do governo chileno que já era devedor. O caos se instál-la. O PIB do país regrediu a taxas exorbitantes (SADER, 1984; COLLIER & SATER, 1996).

A orientação neoliberal do regime se foi contradizendo nos fatos, quando a posição de deixar jogar livremente as leis do mercado se voltou contra a precária estabilidade da economia chilena, porque os ventos do mercado internacional tinham mudado. As altas taxas de juros multiplicaram rapidamente (...). O governo se viu então na necessidade de tomar medidas intervencionistas e voltou a centralizar rigidamente o crédito (...). Foi inevitável então submeter-se às condições do FMI para poder renegociar as dívidas externas. (SADER, 1984, p.59).

O país tem impactos diretos na sua população mais pobre. Arrocho salarial e controle das linhas de crédito foram às primeiras ações internas de Pinochet. O desemprego ganha força, cerca de 1/3 da mão de obra estava desempregada. Período em que as organizações de solidariedade ganham muita importância, pois o povo estava morrendo de fome.

A mesma burguesia que apoiava Pinochet nos anos passados agora começa a se organizar pedindo mudanças estruturais para resgatar a capacidade de consumo da população, e, sobretudo, a manutenção do mercado. Mesmo neste forte contexto de insatisfação de toda a população, Pinochet tinha ao seu lado os dois principais atores de sua força, “a unidade das Forças Armadas, e o apoio dos bancos internacionais” (SADER, 1984, p.67).

Em 1985, Pinochet interveio nos bancos nacionais e agências de financiamento, repassando suas dívidas ao Banco Central Chileno (COLLIER & SATER, 1996). Uma forte política cambial foi implementada e com ela controles sobre as produções

industrial e agrícola. Com relação à dívida externa do país, esta política também agiu vendendo títulos da dívida, sobretudo ao capital dos Estados Unidos que resgatavam em ações de companhias chilenas, em grande monta as ligadas à produção de minerais. Estas políticas neoliberais do período Pinochet, apresentavam nas cidades um custo muito alto, a pobreza urbana e as altas taxas de desemprego eram latentes (COLLIER & SATER, 1996). E como resultado de uma política desigual a classe mais provida acumulava altas taxas de capital. Este período de Pinochet, em pouco avançou em políticas sociais, mas há pontos também positivos, segundo Collier & Sater (1996):

A fines de la década de 1980, el régimen podía mostrar con justificado orgullo significativas mejoras en las viviendas de bajo costo, el alcantarillado, la pavimentación, el suministro de agua potable, las expectativas de vida (65 años en 1973, 71 en 1990), la nutrición y la mortalidad infantiles (en 1970, Chile tenía una de las tasas más altas de América Latina; en 1990, tenía la más baja). (p.318).

A política econômica neoliberal proporcionou condições para o surgimento de conglomerados empresariais e precarização dos postos de emprego. A saída da população estava na informalidade. Também é momento da informatização dos setores produtivos e comercial, ponto importante para geração de empregos e cursos por todo o país para qualificar a mão de obra necessária (COLLIER & SATER, 1996).

Já no final da década de 1980 a economia dava sinais de melhora e o Governo Pinochet mais uma vez tinha aprovação dos mais interessados. Pinochet dava sinais de que governaria o país por mais um mandato até 1997. Cabe ressaltar que a oposição ao regime estava se preparando para tentar rompê-lo. Já em 1985 um importante contingente de partidos políticos do país firmaram um importante acordo, Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena Democracia, a princípio não representava ameaça a Pinochet, mas já significava uma reorganização política contra seu governo. Fazendo valer a Constituição de 1980 de Pinochet, ao final de década de 1980, os partidos convocaram eleições nacionais. Certo de que ganharia um segundo mandato, Pinochet, não se opôs a chamada Redemocratização (COLLIER & SATER, 1996). As eleições foram marcadas para dezembro de 1989, onde também seria reorganizado o Congresso Nacional. Sabendo da sua baixa popularidade, comprovada em plebiscito no ano de 1988, Pinochet tratou de produzir um sustentáculo de sua figura no possível governo

seguinte, para isso aprovou lei que o garantia como chefe das Forças Armadas até o ano de 1998. A situação foi derrotada, e, com 55% dos votos Patricio Aylwin foi eleito (COLLIER & SATER, 1996).

Patricio assumiu a presidência em 1990, os desafios para seu governo eram muitos, mas o principal deles era uma resposta rápida ao rompimento com todas as amarras deixadas por Pinochet, algo complicado, pois o país se via envolvido em uma dívida exorbitante e com uma gama de problemas internos. O novo presidente se via desafiado a negociar com o Congresso as alterações necessárias nas leis do país e mesmo propor novas, e, sobretudo, uma profunda reestruturação tributária. Aylwin, pela profunda cobrança popular estabeleceu a chamada Comissão da Verdade para apurar os desmandos e as violações dos direitos humanos, praticadas pelo governo Pinochet (COLLIER & SATER, 1996). O Estado chileno passou a prestar assistências às famílias dos violentados pelo regime. Pinochet, resguardado pela lei que ele mesmo criou, voltou a ser o chefe do Exército Chileno e assistia todos os passos do novo governo

O novo governo, no campo econômico, passou a administrar grandes desafios, a dívida externa, dívida interna, dívida social, cessar as privatizações, incentivar as exportações, controlar a inflação e o maior deles, acabar com o desemprego. Aylwin também optou por fortalecer o setor de exportações, sua principal política para tanto eram viagens oficiais ao estrangeiro promovendo seus produtos (COLLIER & SATER, 1996). O país busca parcerias e entrada em blocos econômicos e mercados de livre comércio.

Outra demanda do Governo de Patricio era a Reforma Constitucional. Em específico ele encontrou muita resistência por parte do Congresso, muitas foram às discussões. O país acabara de sair de um regime e devia se concentrar em não deixar brechas para que o mesmo voltasse. O mandato de Patricio foi fixado em quatro anos, mas seus sucessores teriam mandatos de seis anos (COLLIER & SATER, 1996). Eduardo Frei o sucedeu, com 58% dos votos foi eleito em dezembro de 1993 e assumiu em janeiro seguinte.

Nosso objetivo neste mergulho histórico era apresentar as condições históricas deste país que vão ser encontradas em cada canto de seu território. Nossa área de estudo, Santiago, também recebe rebatimentos desta história, e, certamente poderemos fazer menções da mesma ao compreender sua composição. No período foco de análise

se inicia na década de 1990 chegando aos dias atuais, resgatar o passado até o ponto de partida de nossa investigação nos dará uma base para entendimento de processos de resultados do acúmulo dos tempos.

3. Características físicas do Chile

Não há dúvidas de que o principal fator natural do país é a diversidade geológica condicionada pela grande extensão longitudinal de seu território. Com isso o país soma uma grande capacidade de extração de minérios como também de grandes reservas ainda não identificadas, mas, sobretudo, são em grande monta minérios metálicos de alto valor de mercado. Esta característica tem impacto direto sobre a evolução econômica do território e de sua população, um fator natural de grande importância regional e nacional. (NAVARRO, 1988, p.92). Ainda Navarro complementa:

La forma compacta facilita la interacción entre los distintos elementos físicos y humanos que conforman un espacio, logrando así altos niveles de coherencia interna, condición que redundará en una organización espacial más eficiente. Así, la forma alargada del territorio nacional, si bien permite disponer de una gran variedad de climas y de recursos naturales, genera costos adicionales en lo que respecta al transporte de carga y de pasajeros, sistemas de comunicaciones, integración de los habitantes y de la economía en general, y a acciones de defensa (p.88).

As características climáticas dominantes no país não proporcionam ao solo uma evolução rápida, do ponto de vista geológico, colocando este fator como limitador de evolução da vegetação e da agricultura chilena. No entanto com técnicas de manejo e evolução tecnológica as taxas de produtividade vêm crescendo, os solos existentes estão sendo explorados de maneira competente e moderna. Cabe também, lembrar, das práticas do passado, sem técnicas adequadas, estão hoje dando a vista seus reflexos com altos índices de desertificação na região de Coquimbo, onde os agricultores simplesmente ignoraram as características de semiaridez da região e esgotaram o solo. (NAVARRO, 1988).

No caso chileno a água é fator de extrema importância para localização das cidades. Pelas características climáticas e geográficas do país a água ganha valor de raridade. Não obstante os usos da mesma são regradados de forma intensa e cabe ao cidadão pagar um alto preço pelo seu uso. Aqui neste tópico apresentamos características superficiais para que o leitor possa ter uma base das premissas naturais do país. Um estudo mais profundo deste tópico tomaria muito fôlego de nossa parte, portanto vamos nos ater mais a Santiago.

3.1. Características físico-naturais de Santiago

La cuenca geografica donde se encuentra asentada la ciudad de Santiago, es parte de un sistema mas amplio que se ubica en la zona central de Chile y que debe ser analizada en base a sus tres sistemas de relieve: Cordillera de Los Andes, depresión intermedia y Cordillera de la Costa. Durante la estacion lluviosa, las precipitaciones no se distribuyen equitativamente en todo el espacio de la cuenca. (DE RAMÓN, 2000, p.7-8).

A cidade esta localizada dentro de um sistema de três formações geológicas: Cordillera de los Andes, Depresión Intermedia y la Cordillera de la Costa. A cuenca/bacia onde se localiza a cidade tem características marcadas pelas épocas glaciares, uma gama de sedimentos depositados e a presença de cerros ilhados, não conformando uma cadeia e sim um complexo de ilhas que comprovam a existência de um processo de desnudação do relevo antigo (DE RAMÓN, 1992). Cujos principais picos são: Tupungato [6.570.m] e os vulcões San José [5.856.m] e Maipo [5.260.m]; e a cordilheira da Costa, com alturas de 2.222.m [Monte Roble] e 2.281.m do monte Santillana. (SUAZO, 1993, p.295). Um clima temperado onde as precipitações se concentram nos meses do inverno, um clima de cunho temperado. A região é drenada pelos rios Mapocho e Maipú. As médias anuais de chuva não passam de 360mm. Com relação á temperatura a cidade pode ter até 15°C de amplitude diária e com temperatura média anual de 20°C. Em anexo temos um esboço produzido por Armando de Ramón sobre as principais feições geomorfológicas que compõem a cuenca de Santiago [anexo.1].

4. Santiago: formação urbana e situação atual

De fato que Santiago é uma das principais metrópoles da América Latina, fundada em 12 de fevereiro de 1541 no extremo norte de Vale Central Chileno as margens do rio Mapocho²⁴. Sua principal atividade econômica se resumia em lavar ouro nos rios da região. Segundo Collier & Sater (1996):

Durante o século XVI esta atividade era responsável pelo grande envio de material precioso do Chile para a metrópole, porém se esgotando em pouco tempo, obrigando os habitantes da cidade e desenvolverem a agricultura e a criação de gado. (p.19).

Com uma população total de 6.282.020 (Instituto Nacional de Estadísticas y SECTRA 2010)²⁵, a Província de Santiago [Fig.2], convive com todos os problemas enfrentados pelas demais metrópoles da América Latina. Um histórico de crescimento “desordenado”²⁶ e no contexto atual com uma forte predominância do mercado imobiliário como o principal modelador do espaço urbano. Mais adiante vamos aprofundar nossas reflexões sobre o mercado imobiliário em Santiago.

²⁴ Principal rio da cidade que carrega consigo um grande valor simbólico de vários episódios históricos.

²⁵ O país passou por CENSO neste ano de 2012, no entanto os dados ainda não foram disponibilizados a até o fechamento deste texto.

²⁶ Sabemos que uma ordem era seguida, mas julgamos aqui como ordenado um espaço que proporciona a todos os seus componentes uma relação de bem estar social.



[Fig.2]: Província de Santiago e suas comunas. Fonte: CONAMA Chile, 2012.

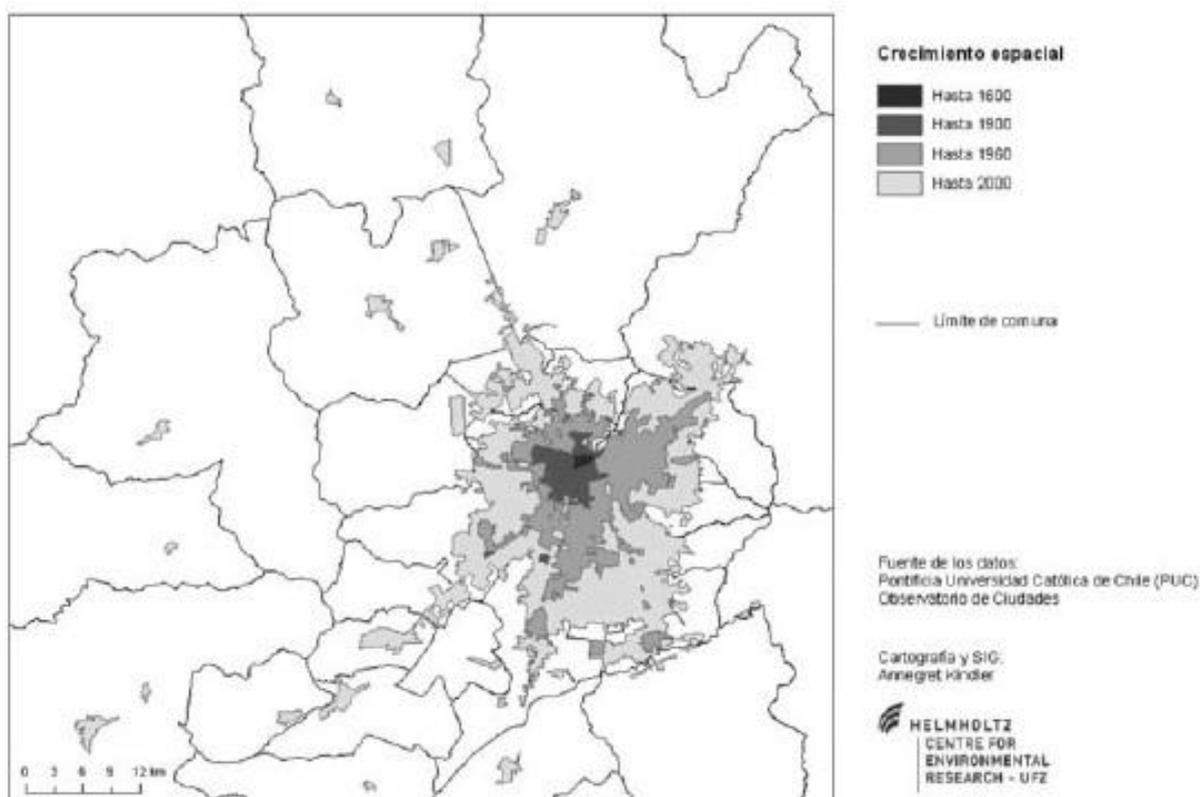
A figura.3 [Fig.3] demonstra o crescimento da mancha urbana da cidade desde 1600 até 2000, com importante alteração após 1960 onde a periferia ganha novas fronteiras e são incorporados ao espaço urbano alguns nichos, manchas urbanas que estão descontínuas ao tecido urbano, que já representam uma ruptura com o modelo de evolução urbana até então predominante, o “radialconcêntrico”.

Si nos remontamos a la década del siglo pasado y hasta aproximadamente 1970, la ciudad de Santiago aún correspondía a una ciudad compacta en la cual la periferia urbana era principalmente pobladas por grupos de estratos sócio económicos bajos, asociados a las clases proletárias, que debido a los bajos ingresos no podían acceder a viviendas propias y que expuestos a las reglas del mercado

de suela urbano de aquella época se veían expulsados fuera de la ciudad. (QUIÑONES, 2011, p.3).

Estas manchas evoluem em função da implementação de vias de acesso e também da evolução das tecnologias de transporte, seja em caráter coletivo ou particular²⁷, mas, sobretudo, pelas novas formas de atuação do mercado de terras urbano. A mancha urbana apresenta uma forma mais dispersa, perdendo aquela ideia de radialconcêntrico onde tudo se desenvolve em função do centro da cidade, apresentando uma nova feição, agora polinuclear dispersa, ou seja, a cidade não possui somente um centro e sim uma porção deles (SPÓSITO, 2001).

CRECIMIENTO ESPACIAL DE SANTIAGO DE CHILE (1600-2000)



[Fig.3]: Evolução da mancha urbana de Santiago, dentro do contexto político administrativo da Região Metropolitana. Fonte: HEINRICHS *et al*, 2009.

O Estado se torna um coadjuvante com uma atuação meramente normativa²⁸. A cidade fragmentada/dispersa (REIS FILHO, 1998 e SPÓSITO, 2001), também

²⁷ Assim como em grande maioria dos países Sulamericanos, a popularização do veículo particular tomou conta do Chile com forte entrada de carros produzidos na Ásia.

²⁸ Normas muitas vezes dribladas pelas artimanhas do mercado de imóveis.

identificada em Santiago, é resultado das consequências vindas da globalização e das políticas neoliberais. O Chile por sua vez carrega consigo a marca de um Governo Neoliberal encabeçado por Augusto Pinochet (1973 – 1988), onde o país enfrentou grandes mudanças e rompimentos com algumas conquistas estabelecidas no passado de predomínio da democracia. No governo de Pinochet foi estabelecido o decreto lei já citado que beneficiou a atuação do mercado imobiliário sobre o tecido urbano, provocando um esgarçamento, um crescimento rápido e fragmentado, incorporando áreas distantes viabilizadas pelas externalidades positivas do espaço, resumidas principalmente pela construção de grandes vias de acesso.

En Chile a finales de la década los setenta, aún en el contexto de la dictadura militar, se evidenciam dos decisiones que generaran hasta la actualidad grandes impactos sobre la estructuración del desarrollo urbano tanto en lá región metropolitana [Santiago] como en el resto de los espacios urbanos y rurales del país. La primera acción política desarrollada en el año 1979 define la liberalización de los mercados de uso de suelo a través de una Política de Desarrollo Urbano la cual define que es el mercado el encargado de regular y orientar el desarrollo urbano, el cual, a través de la oferta y la demanda lograra definir el correcto equilibrio en los espacios rurales y urbanos. (QUIÑONES, 2011, p.5).

Em resumo uma adequação do espaço urbano aos interesses de mercado incorporador imobiliário. A figura anterior trás uma leitura sobre esta fragmentação em Santiago. Já não existe a cidade compacta colonial (ESCOLANO & ORTIZ, 2011) e sim uma nova dinâmica de expansão, onde a classe média alta sai do centro em direção à periferia pelas vias mais importantes [uma leitura da Escola de Geografia de Chicago]. A classe média é o principal fator para esta dispersão, é nela que o mercado vai inserir novas demandas de consumo, em busca de incorporar seu potencial de consumo. Para esta classe média novos produtos são lançados, sobretudo a partir da década de 1990, dentre estes produtos estão os novos conceitos de moradia, sendo o principal deles são os condomínios nos mais variados modelos.

Em se tratando da atuação do mercado imobiliário urbano, dentro de nosso recorte temporal proposto, e a produção do espaço urbano em Santiago, Sabatini (2001) trás a seguinte reflexão a cerca de Santiago:

A liberalização dos mercados de terra e urbanos, empreendida desde fins dos anos 80 – no quadro de um vigoroso crescimento econômico, de condições de congestionamento urbano crescente e de complementação de cruciais obras de infra-estrutura urbana (um anel de contorno e novas linhas do metrô) – favoreceu a emergência de um poderoso setor imobiliário privado com uma inédita capacidade de transformação dos usos do solo e de aproveitamento de novos nichos de acessibilidade na cidade. Seus projetos são grandes, atraentes e conseguem modificar os padrões preexistentes de segregação do espaço e de uso do solo. (p.184).

A situação em Santiago se espacializa de uma forma bem definida, a maior concentração de classe média alta esta a Nordeste, em relação à comuna de Santiago, sobretudo nas comunas de Vitacura, Los Condes e Lo Barnechea. Região dotada de uma malha viária que liga a mesma até o centro de maneira rápida [no entanto as condições de trânsito já não são como do início desta ocupação], o que sem dúvida proporciona esta ocupação.

Para Ducci (1998) o modelo de crescimento periférico acelerado que tem caracterizado Santiago, corresponde àquele verificado principalmente nos EUA, marcado pela descontinuidade, com zonas de alta especialização funcional. Referido modelo decorre das limitações enfrentadas pelo planejamento territorial, implementado em 1994 (Plan Regulador Metropolitano), principalmente frente à resistência do setor imobiliário, que não tem interesse no controle sobre a extensão da periferia, e dos proprietários fundiários. Entre estes, parte se interessa em continuar a parcelar e vender terras nas "bordas urbanas", baseando-se na lei de terras rurais do Governo Pinochet, inclusive que anteriormente apresentavam uso agrícola. Outros não querem que haja adensamento em certas áreas "privilegiadas", como na porção nordeste da capital, temendo perder a "qualidade de vida" que desfrutaram e preocupados com a desvalorização dos imóveis e efeitos indesejáveis de vizinhança provocados pelo adensamento populacional, proposta expressa no Plano²⁹.

Um dos lugares em Santiago que atualmente está passando por processo de remodelação e modernização é "Santiago Poniente" (zona oeste), promovido pelo planejamento municipal e apoiado pelo "Ministerio de la Vivienda y Urbanismo" (MINVU). Verifica-se aí a construção de edifícios de até 20 andares, subsidiados pelo

²⁹ Ou seja, o mercado considera que se deve "...respeitar la libertad individual" de los propietarios de terrenos periféricos que tienden a obtener el máximo de plusvalía de sus terrenos.(...)" (Ducci 1988, p.89).

Estado, destinados a classes de renda média. A renovação urbana empreendida, entretanto, não faz parte de um "projeto global" traçado para a área, que tem desprezado o padrão arquitetônico original dessa porção central, e embora esteja conseguindo (re)densificar tal parcela do espaço, há críticas que afirmam que os moradores continuarão a depender do centro para o trabalho, o consumo e o lazer e preveem que haverá desvalorização e possibilidade de nova deterioração.

Quando falamos em setor Nordeste de Santiago, não falamos somente de uma região com mais objetos técnicos instalados, também falamos de uma região de maior densidade de renda per capita, de concentração de riqueza, o mapa temático a seguir espacializa este dado que será fundamental para o entendimento de nossa investigação [fig.4].

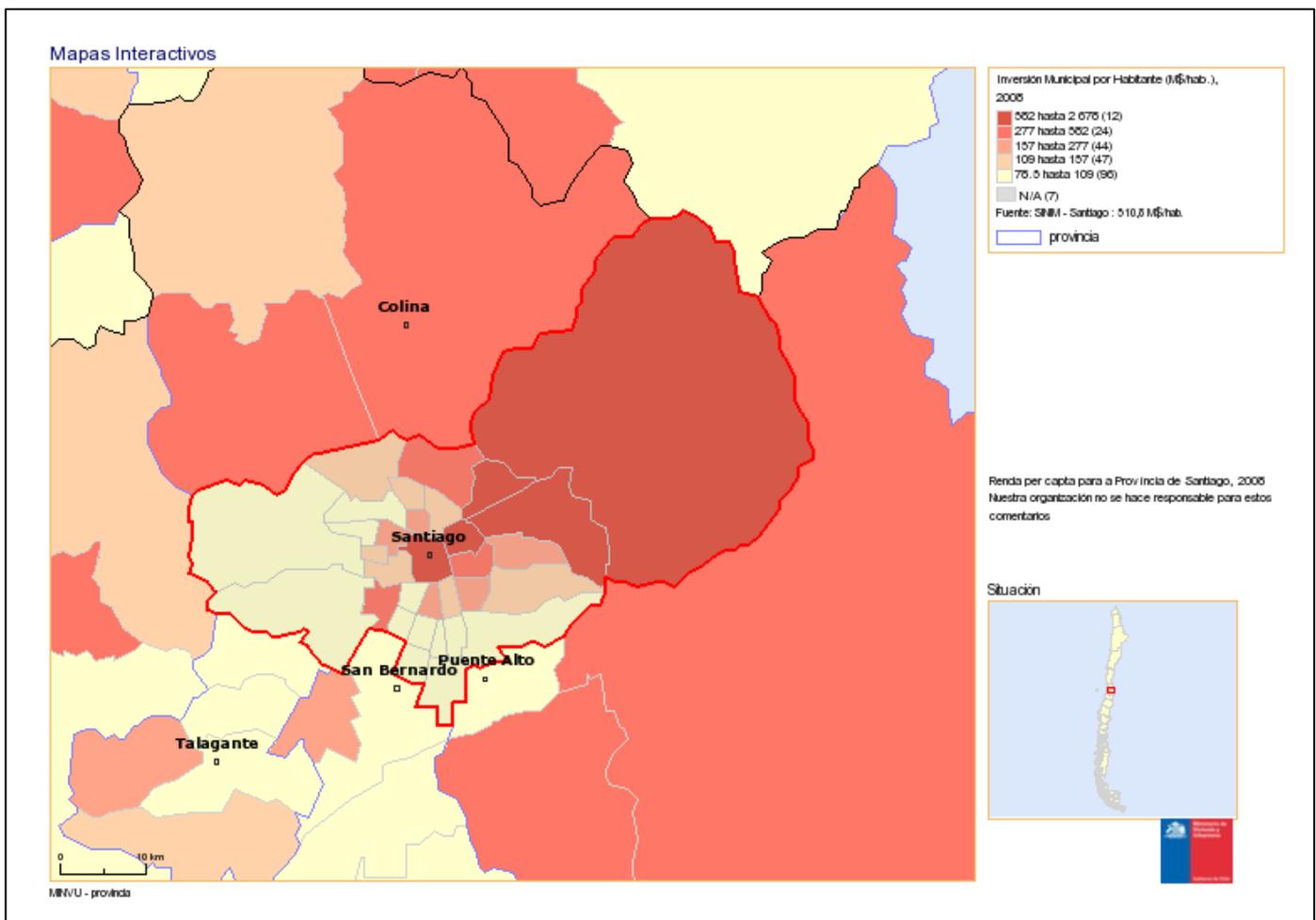
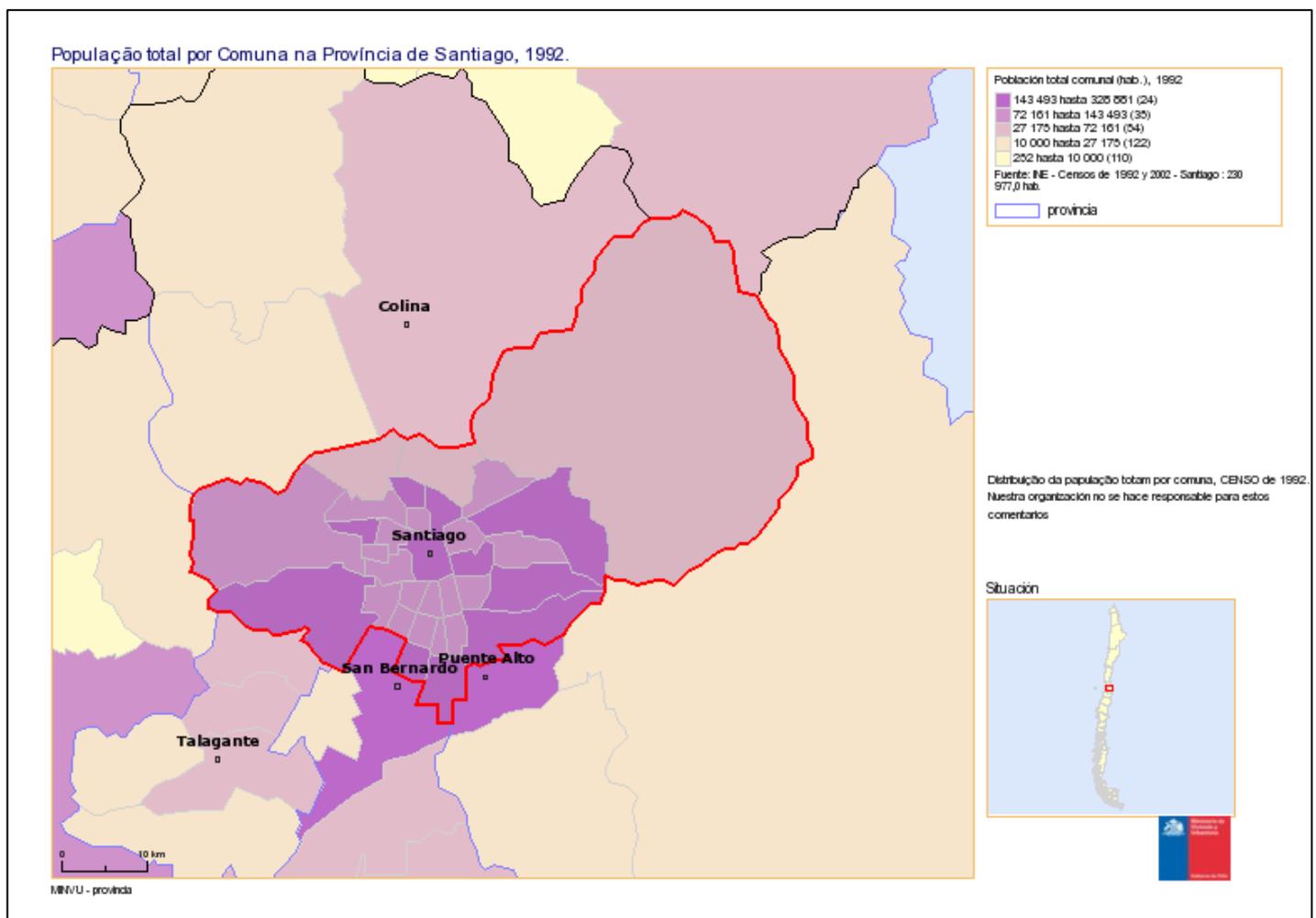


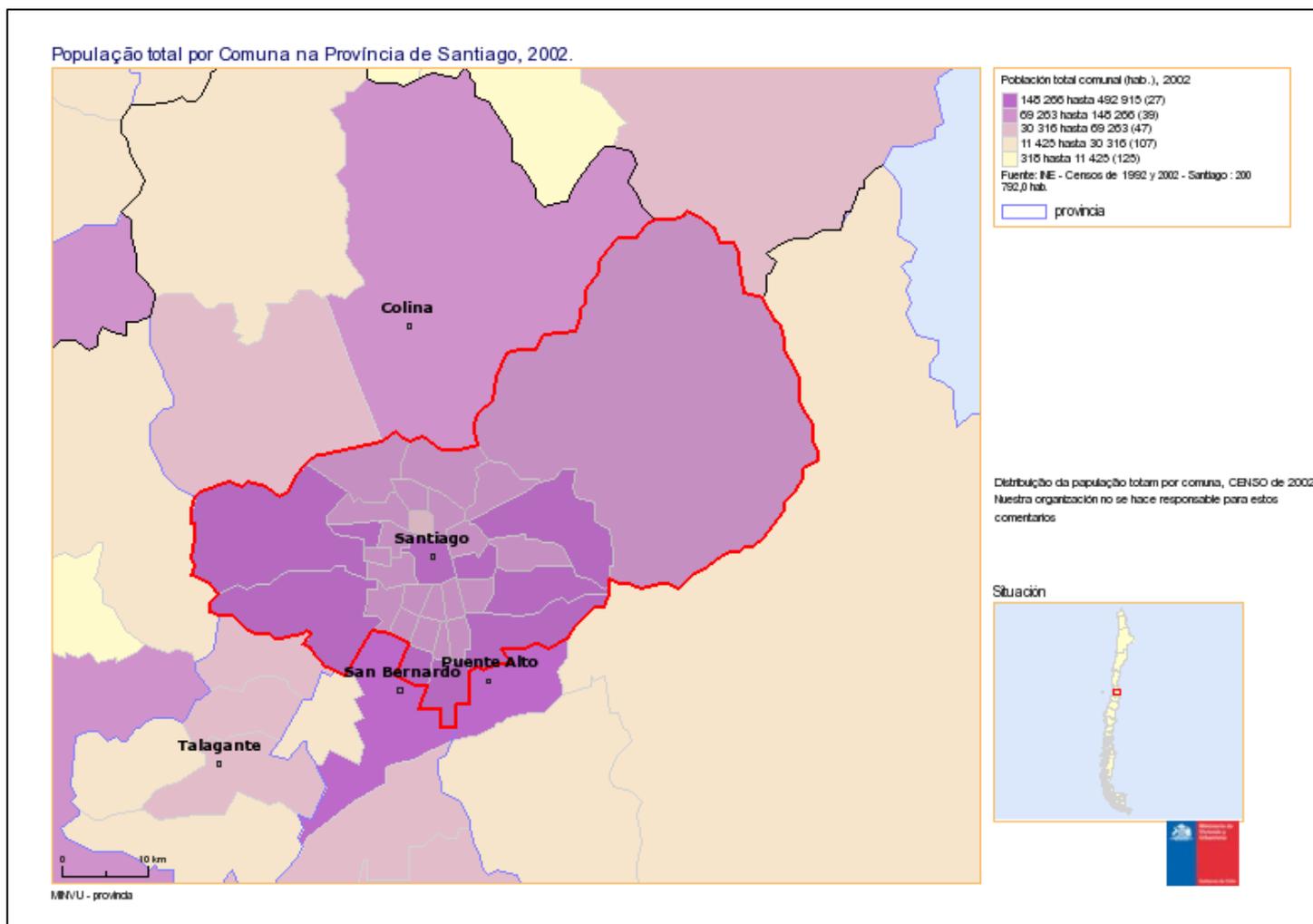
Fig.4: Mapa de renda per capita para Santiago, 2008. Fonte: Elaboração própria a partir da base digital e do banco de dados do Ministerio de la Vivienda y Urbanismo do Chile.

O mapa de renda per capita denuncia este movimento de sobreposição de infraestrutura e concentração de renda, vamos também observar mais adiante que também nesta região da cidade se concentram os maiores índices de área verde urbana de uso público. Há um eixo de concentração de renda que vai desde a comuna de Santiago, a mais central, passando pelas comunas de Recoleta, Providencia, Los Condes, Vitacura até chegar a Lo Barnechea, conformando um eixo de concentração de renda.

Há também uma relação de concentração de população nesta região. Vamos apresentar dois mapas temáticos de concentração populacional para Santiago e em seguida tecer algumas observações:



[Fig.5]: População por comuna em 1992. Fonte: Elaboração própria a partir de base digital e banco de dados do governo chileno.



[Fig.6:] População por comuna em 2002. Fonte: Elaboração própria a partir de base digital e banco de dados do governo chileno.

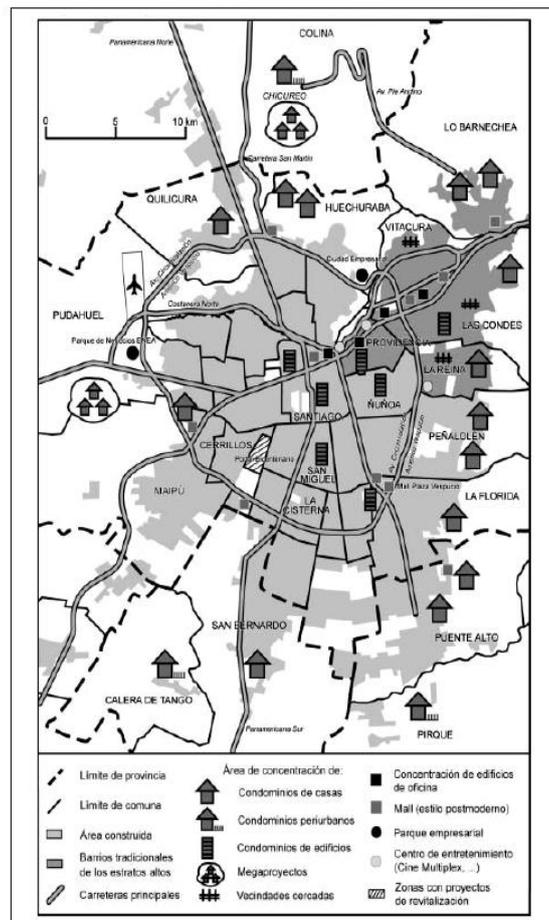
Tendo os dois mapas anteriores, vamos a algumas considerações. Primeiro: há um aumento populacional em Santiago entre as duas datas³⁰. Segundo: o processo de periferização se intensifica, não só na Província de Santiago, mas também em seu entorno. Há uma desconcentração em direção ao sul e ao sudoeste. Terceiro: importante aumento da população nas comunas já citadas como sendo aquelas que apresentam uma população de maior ingresso e que fazem acompanhar os movimentos disparados pelo mercado imobiliário. Dentro de todo este contexto de esgarçamento do tecido urbano está o consumo da natureza enquanto atributo qualificador e valorizador do espaço. Meyer & Bahr (2004) destacam estas constatações para Santiago e ainda trazem

³⁰ Em 2012 foi realizado um novo CENSO, no entanto os dados ainda não foram disponibilizados para consulta, por isso trabalhamos com estas duas datas.

uma importante constatação para explicarmos a manutenção da comuna de Santiago com uma população elevada:

Desde la década de los años noventa los condomínios de Santiago se extendieron en número y variedad creciente en casi todas las comunas suburbanas y también conquistaron, como condomínios de edificios las comunas centrales de la ciudad. Los condomínios satisfacen el deseo de um Oasis de residencia segura cerca de la naturaleza (MEYER & BAHR, 2004, p.12).

Estes condomínios já nascem dentro das novas formas de habitar a cidade e consumir o verde. Condomínios descentralizados, para aqueles que querem sair do centro e estar em contato com uma qualidade de vida produzida na periferia, mas há também condomínios centralizados que vão, neste novo momento de consumo do verde urbano, valorizar a qualidade de vida projetada nas áreas verdes centralizadas. A figura [Fig.7] abaixo espacializa esta informação para a mancha urbana de Santiago.



Mais adiante vamos nos adentrar na questão da natureza no espaço urbano com mais volume e vamos nos ater aos fatos explicativos para sua contribuição para este movimento de descolamento populacional intraurbano em Santiago. Nosso intuito neste tópico é de apresentar um pouco mais do contexto do tecido urbano de Santiago, sua formação, dinâmica de crescimento e condição atual. Apresentamos um pouco mais de suas condições de alteração socioeconômica e de espacialização das mesmas.

5. Natureza nas cidades, meio ambiente urbano.

O capitalismo na atualidade dita direcionamentos econômicos que são ordenados de forma empreendedora. (HARVEY apud MARCHESINI JR., 2010). As escalas locais ganham destaque, os governos locais possuem poder maior de intervenção se comparados com os poderes de escala nacional. Por isso, políticas públicas voltaram-se para o desenvolvimento local, seguindo estratégia de valorização das características importantes das cidades, uma cidade que se prepara para vender sua imagem (VAINER, 2002) – *citymarketing*. O *citymarketing* tem sido usado como ferramenta estratégica para atrair inúmeros investimentos, tornando o local mais atrativo para o capital, seja de forma turística ou na forma de industrialização e consolidação de um espaço tecnificado capaz de receber os mais variados conceitos de produção e consumo. A cidade se valoriza, porém, como os investimentos são direcionados, os benefícios servem apenas às camadas mais altas da sociedade. Com a cidade tornada mercadoria (VAINER, 2003), esta é gerida como empresa³¹, seguindo regras de mercado que deixam de refletir no plano político e a tornam objeto de luxo no mercado internacional. (MARCHESINI JR., 2010).

Segundo Harvey (*apud* MARCHESINI JR., 2010), o novo modelo de gestão urbana da cidade-empresa vem substituir o “modelo administrativo” que perdurou até a década de 1970. Atualmente há um consenso de que uma postura empreendedora traz benefícios econômicos. Trata-se de uma ideologia que tem como noção principal as parcerias público-privadas nas quais governos locais atraem financiamentos externos e

³¹ A cidade-empresa é, segundo Vainer (2003) o novo paradigma do planejamento e gestão urbanos. Uma cidade que busca negócios, uma cidade que esta em competição com as demais, seja qual for escala, num mundo globalizado, para ser receptáculo de investimentos e consumo.

investimentos diretos. Nesse processo, destacar as qualidades, ou amenidades (CORREA, 2000), do local é o grande objetivo, porém isso traz impactos nas instituições urbanas, bem como sobre ambientes construídos. Já que o marketing é para atrair aqueles que podem pagar pelo produto, a ênfase dada é na diferenciação de produtos no projeto urbano, atribuindo ao projeto um caráter de exclusividade. Um exemplo para Santiago desta constatação é o material divulgativo [Fig.8] de empreendimento na comuna de Macul, localizada na periferia da conurbação.

ALTOMACUL

OPORTUNIDAD SÓLO 4 CASAS

casa	m ²	terreno	precio venta sin adicionales	precio especial
G4	140	391	5.239 uf	4.557 uf
35	115	313	4.808 uf	4.000 uf
36	115	313	4.808 uf	4.000 uf
22	133	303	5.366 uf	4.560 uf

7 modelos de casas desde 3.400 uf

140 hectáreas de una exclusiva reserva ecológica y un increíble entorno natural junto a la cordillera, una tranquilidad que acompaña la apacible vida silvestre del lugar y una espectacular vista de la ciudad al atardecer. Conectividad total: metro y locomoción. Cercano a colegios, supermercados y servicios. Enormes áreas verdes con plazas, parques, juegos infantiles, circuitos de paseo y una exclusiva zona deportiva.

CASA LOS PORTONES

CASA CHILENA

RESERVA ECOLÓGICA 140 HECTÁREAS

CANAL LAS PERDICES

CONSTITUCIONAL

CHILE

LORALABA

AMÉRICO VESPUCCIO

SEPTENTRIONAL

Mapa de ubicación del proyecto en Santiago, Chile, mostrando la Reserva Ecológica de 140 hectáreas y las calles vecinales: Canal Las Perdices, Constitucional, Chile, Loralaba y Américo Vespuccio. El proyecto está situado al sur de la Reserva Ecológica y al oeste de las calles mencionadas.

[Fig.8]. Fonte: Material coletado em Trabalho de Campo, 2011, por Maico Diego Machado.

Uma nova forma de crescimento urbano se organiza, obviamente a imagem criada da cidade não condiz com a sua totalidade. A cidade do marketing é fragmentada onde se encontram camuflados muitos problemas de caráter, sobretudo, socioeconômico, dos quais boa parte da população aspira fugir. Esta expansão de forma polinucleada, dispersa atividades no território, fragmenta a paisagem e é sintoma de

mudanças sociais. Profundas transformações baseadas no consumo, nas inovações tecnológicas e que se alimentam-se de desejos decorrentes das formas espaciais de produção de riqueza. Como essas mudanças perpassam todo o sistema de produção em âmbito global, perpassa todas as chamadas cidades globais. Em Santiago, podemos afirmar que a lógica nova (espraiada e baseada na mobilidade) convive com as já conhecidas formas herdadas do ciclo industrial de ocupar e se locomover no território. É um novo paradigma que imbrica modernidade e precariedade gerando um espaço característico, um novo padrão de urbanização (PIRES, 2007).

Dentro deste novo paradigma a mobilidade é um componente importante. Este novo mundo é construído por novas formas em cidades contemporâneas que são vividas com uma intensidade de fluxos e diversidade de formas de mobilidade que influenciam diretamente o modo de vida e a experiência urbana. A mobilidade acaba dando esta nova forma às cidades. É através da possibilidade do locomover-se que se conformam esse “distanciamento da cidade”, uma fuga dos problemas urbanos que ganha com a mobilidade à possibilidade de se manter conectado ao estilo de vida metropolitano. (MARANDOLA JR., 2008).

Com a tendência à dissolução de barreiras e fronteiras vividas atualmente, a mobilidade ganha ainda mais destaque, já que cada vez mais o nosso cotidiano se torna estruturado por ela. Quando nos utilizamos de meios como a Internet, o celular ou mesmo o carro (que por sua flexibilidade muitas vezes é escolhido como opção melhor que os meios de transporte públicos) para tentar dar conta de todos os compromissos e atividades básicas como trabalho, estudo, compras, lazer, amigos, família e etc, estamos tentando integrar nossa rotina fragmentada, nos adequando a um novo ritmo que está gerando novos modos de vida de características mais fluidas e com necessidades mais imediatas daqueles que vivenciamos até agora, na fase sólida da modernidade (BAUMAN, 2007).

Esse desejo de conexão é desejo de muitos, pois é vendido como parte da cidade moderna, da metrópole, umas das características do lugar destacadas pelo *citymarketing*. A possibilidade de conexão rápida, que permite afastamento da cidade e ao mesmo tempo permite um retorno a ela em “cinco minutos” por alguma via de alta velocidade é um dos pilares que sustentam a propaganda do “fuja dos problemas da cidade e encontre

a natureza próxima” ao perímetro urbano. Desta forma, cria-se uma nova forma de se pensar o que seria a natureza, e molda-se uma forma de vendê-la.

A natureza urbana neste momento atual se consolida como uma ferramenta do mercado imobiliário em busca de ampliar sua reprodução de capital. O discurso global em relação às novas condições ambientais fortalece este fato. No espaço urbano, em destaque Santiago, a natureza, que se resume principalmente a parques e praças, ganha um novo uso e função, é dotada de significado de qualidade de vida e condicionada como atributo valorizador do entorno. Para o capitalista, a busca do cidadão pela proximidade da qualidade de vida representada pela natureza, se tornou um importante conceito para um novo patamar de negócios urbanos. A destinação de áreas verdes no espaço urbano associa-se a interesses públicos ou privados, como ocorre com gestões públicas específicas e também com promotores/incorporadores imobiliários, interessados diretamente na reprodução do capital. Assim, observa-se que estes espaços são implantados com discursos que os remetem como espaços importantes para toda a população, mas se coadunam aos interesses do capital em se reproduzir em escala ampliada no espaço urbano, contribuindo para a ampliação das desigualdades sócio-espaciais.

A especulação imobiliária que envolve o discurso urbano é geradora de profundas distorções espaciais, uma vez que viabiliza a segregação a partir da valorização territorial. Henrique (2006) chama a atenção para o problema:

Criam-se (...) nichos de mercado, os quais são explorados a partir da mobilização dos desejos humanos e na sua pseudo exclusividade, isto é, negando seu acesso a todas as pessoas. Do ponto de vista geográfico, definem-se territórios excludentes, que vendem desde a idéia de natureza até a de segurança. (p.67).

Com a disseminação da ideia de valorização do “verde”, da “vista”, dos aspectos naturais, como algo rentável ao diferenciar-se dos demais espaços, o espaço não se referencia mais apenas aos atributos que lhe são auferidos como contendo o “verde”, detentor de serviços e infraestrutura, mas sendo ele próprio uma mercadoria, sobrepondo a dominação sobre a apropriação, o valor de troca sobre o valor de uso (CISOTTO, 2009).

A visão do capital sobre a natureza também tem sofrido modificações, pelo menos no tocante ao ritmo de exploração, e o capitalismo já não mais defende que a natureza urbana³² precisa ser usufruída, sugada, explorada, por ser esta, uma fonte inesgotável de recursos. A forma capitalista de produzir a cidade e a natureza alterou a concepção de natureza. “Escasas en las grandes ciudades de América Latina, producto de la historia de urbanización precária y explosiva de la segunda mitad del siglo XX” (PACKE & ALDUNCE, 2010, p.90). Nessa nova concepção, o capital divulga ideias ambientalistas, próximas ao conceito de natureza das comunidades primeiras, como o lugar da vivência, portanto de se respeitar e zelar (CISOTTO, 2009).

À medida que deixamos às claras a forma como o capital atua, se utilizando do discurso ambientalista, deixamos de ser ambientalistas a serviço do capital, com consciência de que não pode haver distinção entre homem e natureza, pois a humanidade se insere na natureza, portanto a transformação e preservação da natureza não tem outro caminho se não a transformação da própria humanidade.

A relação do homem-natureza mediada pelo processo de trabalho produz um espaço que adquire ao longo da história, uma dimensão social, do produzido socialmente, de um determinado modo, para suprir necessidades específicas, visando objetivos concretos. É o processo histórico que torna a natureza de meio de produção, em produto do trabalho, do mesmo modo que a história produz o homem. (CARLOS, 2001, p.52).

Todos os problemas do meio ambiente são consequências de outros, ocasionados pelo modo como homem vê o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas, com a produção de seus bens e com a geração constante de novas necessidades.

Esse movimento de produção urbana e da natureza supostamente seria direcionando pelos planos diretores municipais e planos locais de gestão, com os ideais expostos na Agenda 21, com macro intencionalidades que conciliam métodos de proteção ambiental e justiça social. Mas, efetivamente, dentre os agentes produtores do espaço urbano, o mercado imobiliário se sobrepõe e organiza o território, se apropriando do valor da natureza como nova raridade selecionando espaços, e

³² Destacamos a urbana em função dos históricos movimentos de exploração de importantes florestais, a exemplo a Amazônica.

fomentando a seletividade espacial, seguindo na contramão das propostas ambientalistas da agenda internacional.

Atualmente, no padrão de urbanização dispersa ou difusa, observa-se, que as grandes cidades latinoamericanas, cada vez mais apresentam uma estrutura policêntrica, onde o sistema de redes tende a substituir o antigo modelo centro-periferia (SPÓSITO, 2001) e onde se evidencia as profundas implicações ecológicas, sociais e econômicas que se expressam nos indicadores crescentes de consumo de terra *per capita* e a diminuição da densidade de população nas áreas urbanas em expansão, um processo de periferização de caráter disperso. As implicações da dispersão urbana começam a converter-se em uma preocupação fundamental das grandes aglomerações (HEINRICHS *et al.*, 2009).

Investigar esse discurso ambientalista é importante, pois “a natureza carrega consigo um peso simbólico e ao mesmo tempo contraditório e complexo, sendo entendida diferentemente por diversas formas de pensamentos e ideologias” (HENRIQUE, 2006, p.1). Então, ideias de sustentabilidade e as novas formas ditas ambientalmente corretas são muitas vezes apresentadas como soluções possíveis, porém, estas não explicitam exatamente o real problema. Como podemos ver no artigo do “New Urban News” sobre as muitas razões para aderir ao verde, vende-se a aparente solução mas esquece-se do fundamental, a fonte geradora de problemas:

Quando ‘vendemos’ o ambientalismo, nós dependemos demais do sentimento de culpa. Esta estratégia pode funcionar adequadamente quando estamos pedindo que as pessoas separem garrafas e latas, mas o urbanismo requer um novo estilo de vida. Para a maioria das pessoas, um argumento de ética não é suficiente. Por sorte, há muitas maneiras de tornar o ambientalismo mais atraente, e os novos urbanistas devem se tornar mais adeptos a apresentar as alternativas. (STEUTEVILLE, s/d).

Temos então a certeza, neste momento histórico, de que a “natureza” o “verde” nas cidades são os novos símbolos de uma qualidade de vida lançada pelo mercado imobiliário. Qualidade de vida que é bombardeada pelo discurso mercadológico e veiculado pelos mais variados meios de comunicação. O novo produto do mercado imobiliário não é uma moradia bem localizada na cidade, e sim uma moradia bem

localizada e próxima da natureza e de todos os seus benefícios proporcionados pelo contato e sendo isso, ainda, também exclusivo.

6. Interpretação Geral

Neste capítulo vamos afunilar nossa investigação para a natureza no contexto urbano de Santiago. Apresentaremos dados de embasamento para entendimento de nossa hipótese e produção de argumentos para nossas considerações.

6.1. Santiago e sua natureza urbana: sítio urbano; dados analíticos de Santiago.

A definição de área verde urbana de uso público, que aqui será considerada, é a mesma definida pela Secretaría Ministerial Metropolitana de Vivienda y Urbanismo – Unidad Desarrollo Urbano - Área Planificación – Ordenanza PRMS de Santiago. Em seu plano de Ordenamento do território consta no Artículo 3.1.1.4: “Corresponden a los espacios urbanos predominantemente ocupados (o destinados a serlo), con árboles, arbustos o plantas y que permiten el esparcimiento y la recreación de personas en ellos”³³. Também deste documento Oficial foi retirada a definição de Parques urbanos, aqui utilizados, como um dos principais fatores de análise da temática de investigação, e fixador no espaço do conceito de área verde. Definição esta que se resume no Artículo 5.2.2.:

São áreas verdes de caráter público que devem acolher atividades relacionadas com recreação, esportes, cultura, ciência e turismo ao ar livre. Estes usos antes mencionados devem ser complementados com um caráter paisagístico e um valor ecológico.³⁴

Para entendermos as condições de presença do verde urbano em Santiago, buscamos algumas fontes sobre a existência de um índice de metro quadrado de área verde urbana de uso público para os santiaguinos. Sabemos das limitações deste índice,

³³ Correspondem às áreas predominantemente urbanas ocupadas (ou pretende ser), com árvores, arbustos ou plantas e que possa permitir a recreação de pessoas neles.

³⁴ Tradução adaptada para o propósito deste trabalho, sua versão original pode ser consultada na SECTRA Santiago.

Serpa (2008), destaca a necessidade de se pensar mais a fundo sobre este índice, pois o mesmo não apresenta os dados de espacialização das áreas verdes no contexto urbano, e neste ponto pode estar escondida uma segregação socioambiental³⁵, e como veremos ao término deste texto, de fato este índice realmente “esconde” tal fato. Assumimos aqui o índice como fator de análise sobre o objeto porque as políticas ambientais de Santiago em todo seu aparato técnico administrativo, e os meios de comunicação, carregam boa parte de suas ações e análises críticas, sobre o índice, o que nos proporciona uma boa possibilidade de análise. E mesmo o índice, em suas limitações, também nos apresenta resultados, em muito, críticos para Santiago. A tabela a seguir nos apresenta alguns dados.

Província	Comuna	M ² /Habitante urbano 2003	M ² /Habitante urbano 2007	M ² /Habitante urbano 2010
Santiago	Santiago	13,6	14,93	11,7
	Cerrillos	1,5	2,23	7,7
	Cerro Navía	1,7	1,95	2,8
	Conchalí	2,9	3,3	3
	El Bosque	0,4	0,56	1,7
	Estación Central	5,5	6,05	4,6
	Huechuraba	4,75	4,66	4,3
	Independencia	8,4	9,79	1,3
	La Cisterna	5,6	6,15	1,5
	La Florida	2,6	2,44	3
	La Granja	1,5	1,97	2,1
	La Pintana	1,8	1,66	3,3
	La Reina	18,3	18,23	11,5
	Los Condes	19,3	17,41	9,2
	Lo Barnechea	22,2	16,57	9,6
	Lo Espejo	0,8	1,03	1,5
	Lo Prado	4,6	6,65	2,1
	Macul	5,6	6,09	4,4
Maipú	2,7	1,78	3,2	

³⁵ Segundo Serpa (2008), este índice além de não possuir uma fundamentação teórica e empírica, representa muito pouco sobre o espaço e as condições da espacialidade das áreas verdes, e mesmo, do que venha a ser área verde.

	Ñuñoa	7,6	8,16	5,9
	Pedro Aguirre Cerda	3,5	4,04	1,2
	Peñalolén	6,8	6,08	3,6
	Providencia	22,4	21,57	13,8
	Pudahuel	2,3	2,84	1,3
	Quilicura	1	0,67	3,3
	Quinta Normal	1,6	1,79	1,3
	Recoleta	2,02	2,2	2,8
	Renca	1,3	1,25	2,3
	San Joaquín	4	4,61	2,7
	San Miguel	2,8	2,95	2,7
	San Ramón	2,8	3,61	3,2
	Vitacura	31,2	31,26	18,3

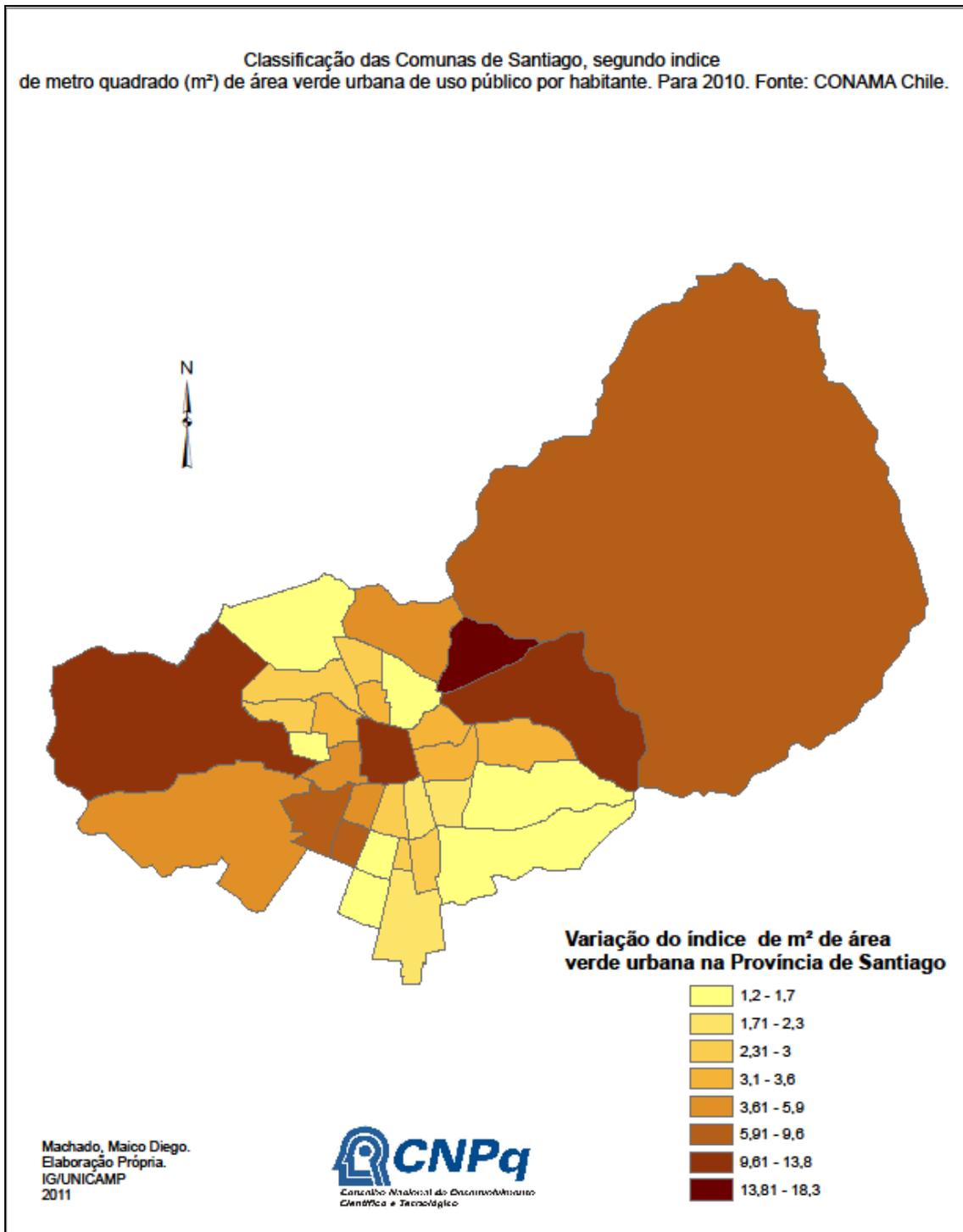
Tabela 1: Índice de metro quadrado de áreas verdes públicas por habitante urbano em 2003 e 2007 e a sua variação no período, para a Grande Santiago. Fonte: Elaborado a partir de dados do CONAMA Chile, 2003/2007/2010, Cadastro de áreas verdes públicas.

A situação em Santiago se espacializa de uma forma bem definida, a maior concentração de classe média alta está a Nordeste/Oriente, em relação à comuna de Santiago, sobretudo nas comunas de Vitacura, Los Condes e Lo Barnechea (vide fig.3. mapa temático de renda). Região dotada de uma malha viária que liga a mesma até o centro de maneira rápida, [no entanto as condições de trânsito já não são como do início do movimento de ocupação deste setor que data da década de 1990], o que sem dúvida proporciona esta ocupação. Estas três comunas em especial também apresentam elevados índices de metro quadrado de área verde urbana de uso público por habitante (mapa temático, [fig.9]), respeitando a indicação feita pela ONU (Organização das Nações Unidas) que por convenção estabeleceu como “ideal”³⁶ que cada habitante urbano disponha de 12m² de área verde (NUCCI & CAVALHEIRO, 1999), e ainda, já que são áreas que se encontram dentro da malha urbana, devam ser sempre públicas e oferecerem possibilidades de lazer ao ar livre (CAVALHEIRO & DEL PICCHIA, 1993).

As comunas de maior concentração de população com menor renda, vide mapa temático de renda [fig.4], também vão apresentar menor índice de metro quadrado de

³⁶ Um índice construído que tenta traduzir o mínimo necessário para se assegurar uma qualidade de vida ambiental.

área verde. São exemplos desta constatação as comunas: La Cisterna, La Granja, Lo Espejo, La Pintana, em sua maioria localizada a sudoeste da Província.



[Fig.9]: Mapa temático espacializando os dados do índice de metro quadrado de área verde urbana por habitante, registrados para o ano de 2010. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CONAMA Chile, 2010.

Esta constatação cruzada demonstra como o mercado imobiliário em Santiago vem usando a presença do verde urbano como incorporador de valor a terra urbana, consumida pelas classes mais abastadas. Valor esse formado pela presença de fatores que se vinculam principalmente á inserção de determinada parcela no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno, o acesso a lugares ditos privilegiados (dentre eles ás áreas verdes urbanas de uso público), á infraestrutura, á privacidade, entre outros. Sabatini (2001) em seu estudo sobre Santiago também destaca esta situação proporcionada pelo mercado de terras:

O promotor imobiliário organiza e executa os projetos a fim de captar as rendas incrementadas da terra que a mudança no uso do solo produz. Ele subconcentra outros agentes orientados a outros tipos de lucro, como os construtores orientados e lucros produtivos e os bancos orientados aos juros. Para maximizar o incremento das rendas da terra, a localização do projeto é chave tanto em termos de exclusividade social como na relação urbana que gera. O objetivo único do promotor é elevar o quociente capacidade de pagamento por metro quadrado de solo edificado (p.182).

Com isso as classes mais abastadas ocupam as melhores áreas, aquelas que acumulam as melhores qualidades e serviços, até que estas áreas sejam atingidas pelos aspectos negativos [desvalores]. Estas áreas podem ser na parte central, ou no caso das grandes cidades [Santiago] em lugares mais distantes dos centros [Lo Barnechea e Vitacura]. Esta seria uma constatação sobre as novas áreas de ocupação e expansão do espaço urbano, ou seja, a cidade dispersa sendo condicionada para esta situação, onde novos loteamentos, sobretudo fechados, são construídos e dotados de atributos, sendo o verde urbano um deles.

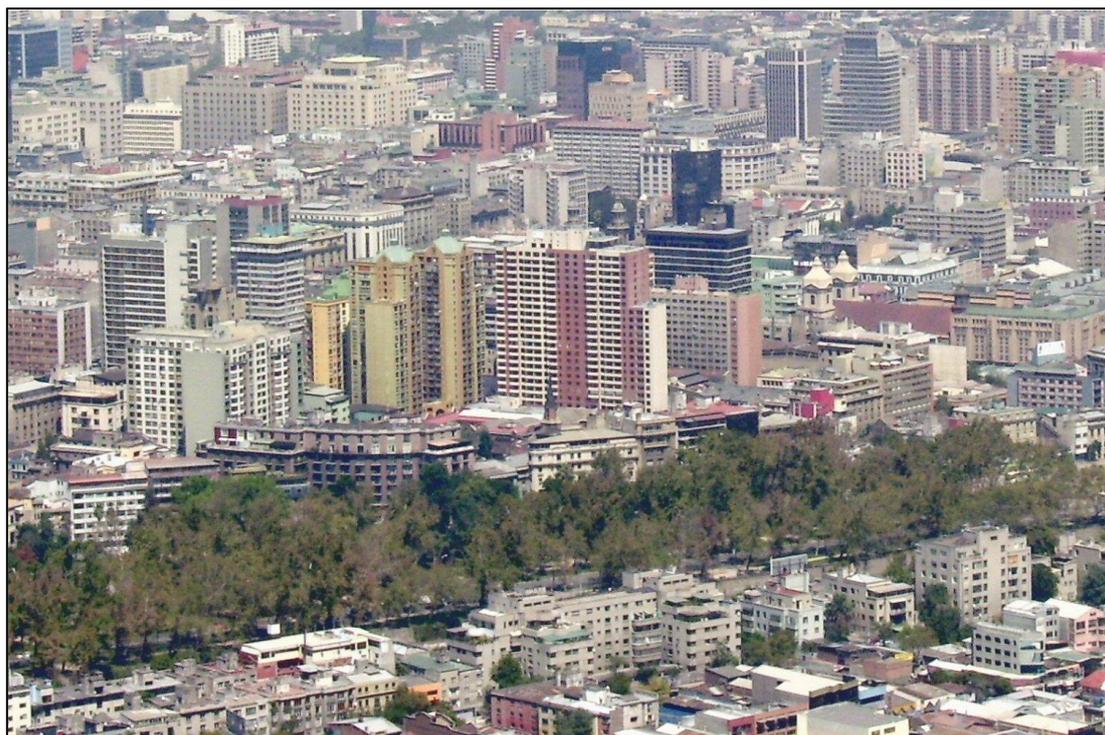
Como actor con un peso significativo las empresas inmobiliarias son capaces de manejar la expansión dela ciudad a través de proyectos propios, de dirigir la demanda hacia distintos tipos de casas y de estimular los deseos y los temores de los compradores a través de sus campañas de publicidad. (MEYER & BAHR, 2004, p.43).

Sobre isso Sabatini (2001) também destaca outro ponto fundamental, à exclusividade da localização do terreno condicionada por uma gama de fatores que resultam em um valor final elevado e segregador.

Deve-se considerar que o solo é um bem natural, cujo preço depende da capacidade de pagamento dos que o querem usar. As condições de acessibilidade de um terreno e a exclusividade da área são chaves para atrair demandantes de maior capacidade de pagamento. Nos submercados de produção de habitações, sobretudo nos de maiores rendas, a exclusividade é mais importante que a acessibilidade como fator de incremento das rendas da terra. (p.182).

Mas, e aquelas áreas donde já existiam os parques e praças, elas também são incorporadas e esta nova dinâmica em Santiago? A resposta é sim. Este “verde” centralizado, também pode ser, e o é consumido pelo mercado imobiliário. A pressão sobre esses espaços de interesse de mercado levam a realocação da população que neles habita, causando reestruturação do espaço ocupado e um reagendamento dos deslocados em outras áreas de menor custo, pois neste novo cenário eles não podem pagar pelo valor atingido por estas áreas, pelo seu “ingresso”, restando a eles ocupar outros espaços, onde seu potencial de pagamento possa ser suficiente. O surgimento de condomínios verticais no entorno de áreas verdes centrais já consolidadas é um exemplo disto em Santiago. Esta constatação é visível nas comunas de Santiago e Providência, ambas na área central da conurbação. O Parque Florestal de Santiago, fundado em 1901 também foi ponto de identificação desta nova forma de consumo do verde. Este parque está localizado em um setor da cidade onde o avanço da verticalização já está mais intenso vindo de uma remodelação³⁷ da ocupação datada da década de 1980/90. A grande avenida que corta este ponto da cidade, a Costanera Norte (setor urbano da Carretera que corta o país de norte a sul) é a principal via de acesso. O Parque Florestal [Fig.10] também permeia uma aglomeração de torres inteligentes de ocupação corporativa, uma parte deste complexo são as torres do World Trade Center da capital Chilena, um centro empresarial que recebe empresas globais com escritórios locais. Este área concentrada da cidade é ponto de integração das redes de Santiago com as redes globais de consumo e informação.

³⁷ Segundo relatos de antigos moradores, esta área era antes ocupada por casas de famílias e que em momento posterior foram estas famílias expulsas e no local levantaram grandes torres domiciliares e corporativas.



[Fig.10]: Vista panorâmica do Parque Florestal de Santiago e seu entorno verticalizado. Fonte: Maico Diego Machado, 2011.

Esta situação vai se repetir em alguns outros importantes setores da cidade, terrenos que permeiam outros parques como Cerro San Cristobal, Parque Libertador O'Higgins, Parque Baquedano e Bicentenário. Este último foi recentemente criado em Vitacura³⁸, com apenas quatro anos de existência³⁹ trás consigo exatamente esta relação entre as áreas verdes públicas urbanas e a valorização da terra urbana de seu entorno [Fig.11 e Fig.12]. Parque Bicentenário, talvez seja o mais completo exemplo de nossa hipótese aqui defendida. Na panorâmica tirada de dentro do Parque podem-se observar ao fundo as torres residenciais sendo levantadas. A Comuna de Vitacura é servida por um excelente sistema de vias que ligam a localidade a Santiago Comuna de forma rápida. A pressão exercida pelos altos preços das residências nas áreas centrais leva a população a um deslocamento em direção as periferias através das principais vias. O solo urbano passa a ser definido em função das articulações com a totalidade do espaço [ao qual está inserido]. Partindo dessa ideia, o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global produzido (Carlos, 2001).

³⁸ Comuna a nordeste da comuna de Santiago, uma das mais ricas da Província.

³⁹ Fonte: Municipalidade de Vitacura.



[Fig.11 e Fig.12]: Parque Bicentenário em Vitacura, ao fundo as torres residenciais sendo erguidas regidas sobre a nova forma de consumo da proximidade do verde urbano. Fonte: Maico Diego Machado, 2011.

O jornal santiaguino “El Mercurio”, destaca a importância deste parque em especial, como já destacamos o parque Bicentenário é um exemplo quase que completo do que hoje é o papel das áreas verdes urbanas em relação aos movimentos do mercado imobiliário.

Largos corredores para caminar, correr y hasta para realizar un picnic que están rodeados por frondosos árboles y una gran laguna artificial arman la postal del Parque Bicentenario en Vitacura, uno de los más grandes "pulmones verdes" del Gran Santiago. La construcción de este complejo no es una casualidad, ya que la aparición de áreas verdes se ha convertido en una tendencia en la última década en la capital, donde este "mobiliario urbano" prácticamente se ha duplicado”. (EL MERCURIO, 29/04/2012).

Com relação a estes parques devemos ressaltar que o uso é uma questão a parte que não será tratada a fundo nesta pesquisa, no entanto é louvável o planejamento realizado para essas áreas sejam utilizadas pela população em geral, como forma de lazer. Algumas estações de metrô, por exemplo, estão localizadas dentro de alguns parques urbanos, algumas inclusive levando os nomes dos mesmos, tais com as estações Baquedano, Parque O’Higgins, Quinta Normal, Parque Bustamante, Parque Almagro e outras das linhas de metrô da cidade (anexo.2). Cabe também ressaltar que o sistema de transporte por metrô é muito eficiente, proporcionando aos santiaguinos uma importante ferramenta de locomoção rápida e eficaz, mas somente onde o serviço chega. Este porém, somente se faz necessário para destacar, por exemplo, que o parque Bicentenário fica localizado em um região da cidade em que não mais reside a classe baixa, expulsa pela valorização dos terrenos, e nem mesmo ela pode acessar em função da não chegada dos serviços de transporte público. Temos no contexto da área de influencia deste parque um processo de gentrificação. O termo gentrificação (*gentrification*), de autoria da socióloga inglesa Ruth Glass, em 1964, foi pensado para explicar o fenômeno que surge no centro de Londres. Naquele momento, antigos bairros desvalorizados receberam investimentos públicos e privados. Como consequência, ocorre uma mudança social nestes bairros, ao passo que ocorre a valorização imobiliária que atrai camadas de renda mais elevada e a gradativa saída dos moradores de menor renda. Para Smith (2006), a partir da década de 1990 os processos de gentrificação passam a ser observados na América Latina.

Um ponto a ser colocado é que o metrô não circula ligando as Comunas mais pobres da Província, como La Reina, La Cisterna, San Ramón, até as Comunas de

concentração de riqueza como Lo Barnechea e Vitacura. O que se confirma em um uso segregado do verde urbano, ou seja, as áreas verdes localizadas nas Comunas de concentração de riqueza não podem ser utilizadas por aqueles cidadãos mais pobres, cujos não possuem a capacidade de pagar pelo seu ingresso a tais áreas. A forte tendência dos grupos sociais santiaguinos em ocupar as áreas de melhor qualidade ambiental⁴⁰ se confirma, levando a uma segregação não só espacial mais ambiental e de qualidade de vida. O acesso a terra ora é utilizado como meio de produção, ora incorporado ao universo dos bens necessários á manutenção da vida [da moradia, áreas de lazer (áreas verdes)] (CARLOS, 2001), um fator que o mercado sabe muito bem como explorar, principalmente nas metrópoles como Santiago.

7. Considerações Finais

As raízes neoliberais da política econômica chilena, herdadas principalmente do período Pinochet, mas também de todo contexto histórico aqui abordado, vão resultar no que hoje entendemos como a cidade de Santiago. Uma grande cidade latinoamericana que como todas as demais por “los sucesivos gobiernos no han podido eliminar a la contaminación atmosférica, que es el principal problema ambiental de la ciudad (ROMERO & OPAZO, 2011, p.3). Seu sítio urbano, caracterizado por uma cuenca, se comporta de forma única em relação a contaminação atmosférica, a poluição fica concentrada nas partes mais baixas. Este movimento é natural do ponto de vista da circulação atmosférica, mas temos aí uma constatação também social. Segundo Romero & Opazo (2011), na cidade de Santiago as classes baixas ocupam as partes baixas da bacia, enquanto as classes altas ocupam as partes altas, e são estes últimos os principais geradores de poluentes pelo uso intenso de automóveis, justificado pela necessidade do acesso até as áreas onde se encontram os postos de trabalho. Este é um outro argumento que apresentamos para entender, tanto a morfologia dispersa da urbe Santiago, quanto a representatividade da áreas verdes urbanas.

Tomando para si esta informação o mercado imobiliário segmenta suas ações para também poder segmentar seus consumidores em potencial e gerar na cidade

⁴⁰ Novo produto do mercado imobiliário.

produtos diferenciados para consumidores também diferenciados. A demanda de quem vive nas partes baixa e alta são diferentes, mas o mercado têm nos dois segmentos, consumidores em potencial.

A compra e venda da terra urbana mediada pelo mercado, quer em função da sua utilidade (enquanto meio de vida) ou da perspectiva da valorização do capital (enquanto condição da produção material) ou pela perspectiva da comercialização da terra, ocorre exatamente pelo fato de a terra urbana – enquanto parcela do espaço –, ter valor (de uso e de troca). (CARLOS, 2001, p.52).

As palavras colocadas acima por Carlos nos apresenta em contraponto a condição ambiental de Santiago, a perversidade/violência do mercado imobiliário. Violência que chega a definir quem vive nas áreas com condições de salubridade e nas áreas com concentração de poluição e isso não é exclusividade de Santiago, mas se estende por toda a América Latina. Nem sempre onde se localizam as consequências do processo poluidor se concentram as fontes de poluição, e o mercado imobiliário sabe disso e toma esta informação a seu favor, em detrimento de um Estado ausente.

Mas por que lançamos mão do componente poluição nas considerações de nossa investigação? Expliquemos: durante este texto expusemos alguns fatores importantes sobre o setor oriente da cidade, região das comunas de Los Condes, Vitacura e Lo Barnechea. O mapa de renda aponta para uma concentração de renda, os mapas de concentração populacional indicam uma pequena variação, a tabela de índice de metro quadrado de área verde urbana indica uma concentração. Os autores Romero & Opazo (2011) em um estudo sobre a poluição da cidade nos trazem outros dados importantes sobre esta mesma área.

De esta manera, se registra una clara diferenciación entre el sector oriente de la ciudad, el cual presenta siempre los más bajos niveles de contaminación y las menores temperaturas, y el sector poniente [la cuenca], donde se presentan los mayores niveles de contaminación y las mayores temperaturas. Las diferencias de temperaturas entre estos sectores de la ciudad se deben entender como indicadores de las diferencias socioeconómicas de sus residentes, manifestadas en las densidades de ocupación de suelos urbanos, presencia de áreas verdes, materiales y diseños de las construcciones. (ROMERO & OPAZO, 2011, p.12).

Portanto uma primeira conclusão a ser tirada é de que há sim uma segregação socioambiental caracterizada sobre o setor oriente da cidade definida pela sobreposição de fatores como concentração de renda, concentração de áreas verdes e baixa densidade populacional, que chegam a um índice de poluição atmosférica baixo, sinônimo de qualidade de vida, ao menos segundo os autores consultados. Estar localizado neste espaço de sobreposição de fatores “positivos”, também chamados de amenidades, implica no pagamento de um ingresso.

(...) o verde, a proximidade da natureza (que o processo capitalista dissocia do homem), a criação de novos serviços como escolas de natação, ginástica, os shoppings, etc., (...) tendem a influir na opção pela moradia de uma classe de renda média e alta. Estas têm (pelo seu poder aquisitivo) maiores possibilidades de escolha. Essa produção espacial é diferenciada e contraditória, conferindo valores de uso e, conseqüentemente, formas de acesso diferenciado, logo segregados. Tal segregação impõe-se inclusive pelo fato de o espaço geográfico implicar a produção de relações específicas e originais, fundamentadas em relações jurídicas - propriedade privada - provenientes do processo de apropriação e concretizadas no circuito mercantil (no mercado). (CARLOS, 2001, p.55).

Santiago vive as dinâmicas de transformação do espaço urbano que são características das grandes cidades, sobretudo, as Latinoamericanas, sobretudo em função de histórico de formação ao qual detalhamos alguns importantes momentos. Já no final da década de 1980, o mercado imobiliário passa a ser o principal agente modelador do espaço urbano, esgarçando o tecido e a malha da cidade. Em cada período da história e da economia ele se amplia suas formas de abordagem do solo urbano, tomando para si novos atributos de demanda do consumo para ampliar a reprodução de seu capital. Meyer & Bahr definem tal afirmação para Santiago:

“El segmento inmobiliario y de construcción tiene una poderosa influencia en el desarrollo urbano, lo cual conduce a la transformación postmoderna del paisaje de la ciudad y acelera la expansión metropolitana. Al escasear el terreno de construcción en la periferia de la ciudad la expansión de Santiago seguirá en forma de megaproyectos periurbanos con carácter de pequeña ciudad” (Meyer & Bahr, 2004).

As condições ambientais impostas pela globalização, pela divisão internacional do trabalho, pressionam a um apelo sobre o consumo de uma qualidade de vida proporcionada pelo retorno à natureza, ou seja, a proximidade com o verde urbano trás

uma melhor condição de vida ambientalmente saudável. Numa cidade como Santiago este paradigma é fortemente seguido, quem pode consumir este novo produto do mercado imobiliário o faz de forma concentrada em setores da cidade. Para George (1986), na América Latina [Santiago] a situação das cidades é resolvida de maneira sumária: a cidade vai sendo feita e desfeita continuamente, tanto em escala de bairros como em escalas de parcelas edificadas, o que nos proporciona uma visão de panoramas heterogêneos. Novas áreas surgem como espaços urbanos,

a cidade produzida liga-se à forma de propriedade que reproduz a hierarquia espacial enquanto consequência da hierarquia social passível de ser percebida na paisagem urbana através da segregação espacial cuja dinâmica conduz, de um lado, à redistribuição do uso das áreas já ocupadas levando a um deslocamento de atividades e dos habitantes e, de outro, a incorporação de novas áreas que criam novas formas de valorização do espaço urbano. (CARLOS, 1998, p.194).

Em Santiago, algumas áreas já consolidadas como urbanas vem sendo condicionadas a esta nova dinâmica de consumo do verde urbano. Ai se colocam os desafios de um planejamento urbano que carregue um caráter de distribuição e acessibilidade aos objetos técnicos do espaço urbano, e aqui chamamos as áreas verdes de objetos técnicos porque como ressalta Henrique (2006) são transformações predefinidas para suprir demandas sociais e mercadológicas. Os agentes de mercado não veem a natureza como uma necessidade coletiva, ela se configura como uma importante ferramenta para o consumo. O capital imobiliário age sobre a cidade de forma fragmentada se valendo de potencialidades e assim configurando espaços de exclusão, neste caso exclusão socioambiental.

A cidade que nos é vendida hoje como sendo produto de uma produção social e histórica, em nada se assemelha ao social.

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados. (...) uma lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (VAINER, 2000, p.89).

Santiago não se coloca diferente ao destacado por Vainer. Sua história a alinha a lógica predominante de privatização do espaço por ações diretas de grupos imobiliários

que identificam na cidade espaços em potencial para a reprodução de seu capital. Aqui destacamos qual o papel dado às áreas verdes nesta lógica, fazendo uso de exemplos dentro do contexto de Santiago. Podemos afirmar que esta é uma tendência que se multiplica, sobretudo nas cidades da América Latina, onde o padrão e o modo de vida, ainda, é fundamentalmente definido pelo discurso do mercado, um discurso que na práxis, leva a fragmentação e segregação, problemas antigos, que são reafirmados e multiplicados em novas facetas.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. (trad. Carlos A. Medeiros) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 119p.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2001 – [Repensando a Geografia].

_____. **A natureza do Espaço fragmentado**. In: **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In; Encontro Nacional sobre arborização urbana, 4 Vitória-ES, de 13 a 18 de set/92, Anais I e II, 1992.

CISOTTO, M. F. **Natureza e cidade: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização em Campinas (SP)**. Mariana Ferreira Cisotto – Campinas, SP.: [s.n.], 2009.

COLLIER, C.; SATER, W.F. **História de Chile 1808 – 1994**. Cambridge University Press, 1996.

CONAMA RMS (Comision Nacional Del Medio Ambiente do Chile), 2003/2007, **Cadastro de áreas verdes públicas**.

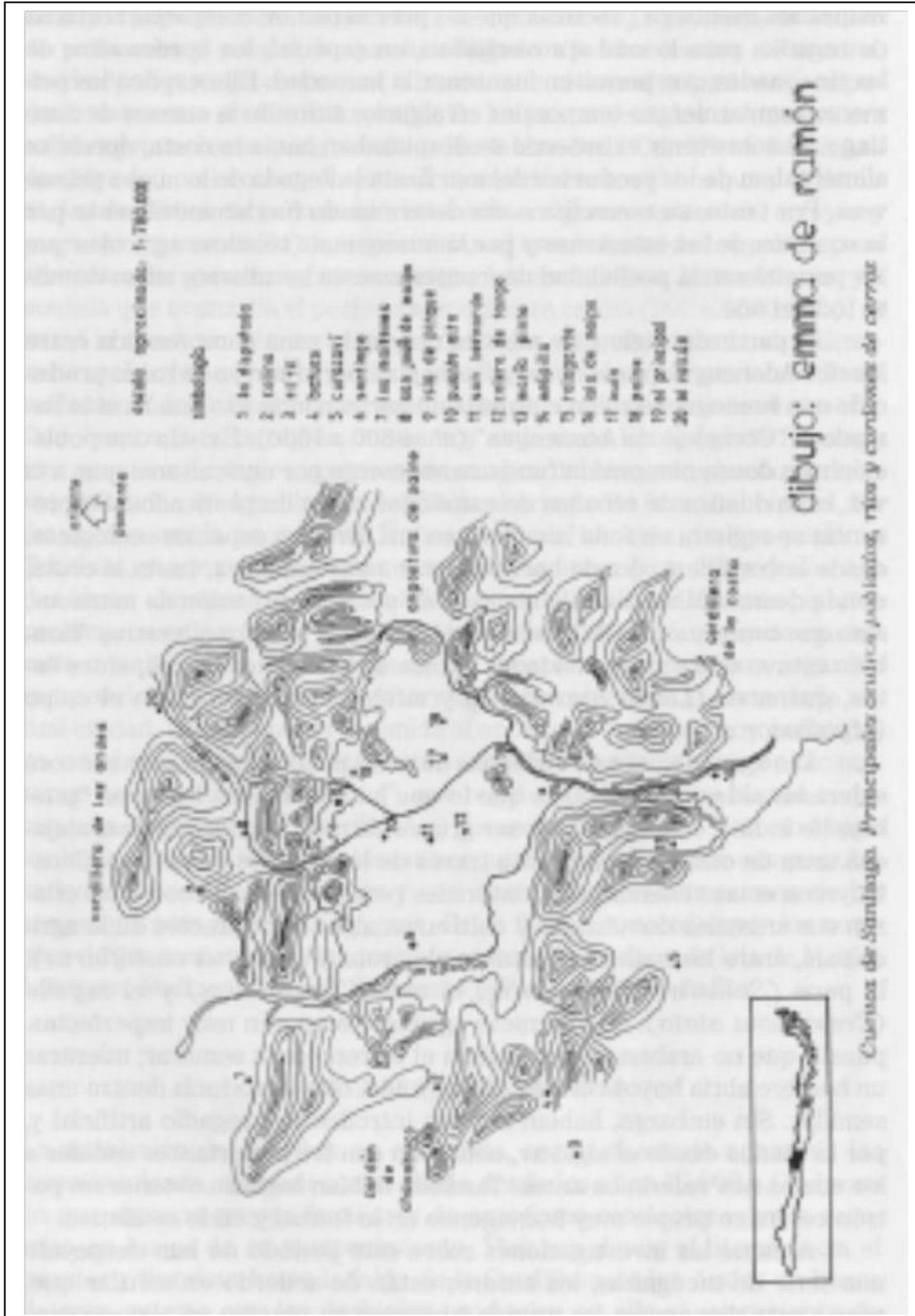
- CORREA ,R. L. **O Espaço Urbano**. Ática, 4ªed, série Princípios. São Paulo, 2000.
- DE RAMÓN, A. **Santiago de Chile (1541-1991). Historia de uma sociedade urbana**. Colección Ciudades de Iberoamérica. *Editorial Mapfre. Madrid*, 1992.
- DUCCI, M. E. **Santiago. Una Mancha de aceite sin fin ? Qué pasa com la población cuando la ciudad crece indiscriminadamente?** *Revista EURE*. Santiago de Chile, 1998, v.XXIV, n.72,p.85-94.
- EL MERCÛRIO. **Distribución de Áreas Verdes en Santiago de Chile**. Edição de 29 de abril de 2012.
- ESCOLANO, S.; ORTIZ, J. **Cambios em La localización residencial de las categorías de ocupación “profesionales” y “no calificados” em el Gran Santiago**. In: *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Beunos Aires, São Paulo e Santiago*. Organização Sandra Lecioni, Sonia Vidal-Koppmann, Rodrigo Hidalgo e Paulo Cesar Xavier Pereira. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro, 2005.
- GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. 2ªed. Difusão Editorial. São Paulo, 1986. Tradução de Heloysa de Lima Dantas.
- HIDALGO, R; BORSODORF, A. **La ciudad fragmentada em América Latina y La Globalización: resultados de Santiago**. In: *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Beunos Aires, São Paulo e Santiago*. Organização Sandra Lecioni, Sonia Vidal-Koppmann, Rodrigo Hidalgo e Paulo Cesar Xavier Pereira. São Paulo: FAUUSP, 2011.
- HEINRICHS, D. N. H; SEEGER, C.R. **Dispersión urbana y nuevos desafíos para la gobernanza (metropolitana) em América Latina: el caso de Santiago de Chile**. *Revista Eure*, Vol. XXXV, N° 104, pp. 29-46, abril 2009.
- HENRIQUE, W. **A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo**. *GEOUSP*, n° 20, p. 65-77. São Paulo, 2006
- HERRERA, L. **Crecimiento Urbano de América Latina**. Monografias USP-FAU, 1976.
- HOMERO, H; VASQUEZ, A. **El crecimiento de las ciudades intermedias chilenas de Chillán y Los Ángeles y sus impactos sobre La ecología de paisajes urbanos**. In: *América Latina: sociedade e meio ambiente/ Amália Inês Geraiges de Lemos, Jurandy Luciano Sanches Ross, Ailton Luchiari (org.) – 1.ed. – São Paulo, 2008. (Série Por uma Geografia Latino-americana).*

- _____; OPAZO, D. **Ecología política de los espacios urbanos metropolitanos: Geografía de la injusticia ambiental.** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica.
- LEDROUT, R. **Sociologie Urbaine.** Forense. Paris 1971.
- LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. B. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- MARANDOLA JR., 2008. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana.** 2008. 278p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARCHESINI JR., A. **O modelo estratégico urbano de “city marketing” e suas escalas de atuação.** Espaço em Revista. V.12, nº2, p.84-101, jul/dez de 2010.
- MEYER, K; BAHR, J. (2004). **La diffusion de condominios en las metrópolis latinoamericanas. El ejemplo de Santiago de Chile.** Revista de Geografía Norte Grande, nº32. Santiago.
- MORSE, R. M. **Las ciudades latinoamericanas. II. Desarrollo Histórico.** Secretaria de Educación pública: SEP Setentas. México D.F, 1973.
- NAVARRO, P. L. **Enciclopedia Temática da Chile.** Sociedad Editora Revista Ercilla Ltda. Santiago, 1988
- NUCCI, C; CAVALHEIRO, F. **Cobertura vegetal em áreas urbanas – conceito e método.** GEOUSP nº6, 1999, p.29-36.
- PACK, S. R; ALDUNCE, I. M. F. **Distribución, superficie y accesibilidad de las áreas verdes em Santiago de Chile.** EURE: Santiago, 2010.
- PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas.** (Doutorado em Geografia). 2007 - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- QUIÑONES, P. M. **Autopistas, accesibilidad y desigualdad social: El impacto de las red de autopistas concesionadas sobre la dimensión temporal de las prácticas de movilidad en Santiago de Chile.** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011 – Costa Rica.
- REIS FILHO, N. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço-Problemática Ambiental Urbana.** 1º. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

- SABATINI, F. **Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile.** *In: Demografia e exclusão social – Temas e abordagens / Maria Coleta Oliveira (org).* Campinas, SP: Editora Unicamp, Nepo. 2001.
- SADER, E. **Chile (1818-1990) Da independência á redemocratização.** Brasiliense, 1991.
- _____. **Democracia e ditadura no Chile.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição, Editora EDUSP, São Paulo, [1996] 2006.
- SERPA, A. **Cidade e Metrópolis: Uma perspectiva geográfica para a análise do “problemas ambientais urbanos”.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 23, pp. 30 - 43, 2008.
- SMITH, N. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano.** Geousp – Espaço e Tempo, São Paulo, no. 21, pp 15-31, 2007.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto 9º ed, 2001.
- STEUTEVILLE, R. **Muitas Razões para Aderir ao ‘Verde’.** New Urban News. Disponível em: <http://www.cidadepedrabranca.com.br/fmanager/pedran/biblioteca/arquivo45_1.pdf>. Último acesso: 27/06/2012.
- SUAZO, M. B. **Planificación Intercomunal: el caso de Santiago.** *In:* HECK, M. Grandes Metrópolis de América Latina. Fundação Memorial da América latina: Fondo de Cultura Econômica. São Paulo, 1993.
- VAINER, C. B. **Utopias urbanas e o desafio democrático.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.105. p.25-31, jul/dez, 2003.
- _____. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** *In:* A cidade do Pensamento único. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2000.

Anexos

[Anexo.1]: Representação das feições geomorfológicas da cuenca de Santiago, segundo Armando de Ramón, 1992.



Anexo.2: Sistema de metrô de Santiago

